

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO - UEMA
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

GRAÇA MARIA PEREIRA CAMARA

**DESAFIOS DE PAIS E PROFESSORES NA EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS COM
NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS DA ESCOLA MUNICIPAL
CLODOMIR MILETT EM PERI MIRIM-MA**

Pinheiro
2023

GRAÇA MARIA PEREIRA CÂMARA

**DESAFIOS DE PAIS E PROFESSORES NA EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS COM
NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS DA ESCOLA MUNICIPAL
CLODOMIR MILETT EM PERI MIRIM-MA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Pedagogia Licenciatura, da Universidade Estadual do Maranhão - CESPI/UEMA, como requisito para a obtenção do título grau de Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Profª Dra. Maria de Fátima Sousa Silva

Pinheiro
2023

Câmara, Graça Maria Pereira.

Desafios de pais e professores na educação de crianças com necessidades Educacionais específicas da Escola Municipal Clodomir Milet . / Graça Maria Pereira Camara. – Pinheiro (MA), 2023.

66f

Monografia (Curso de Pedagogia Licenciatura) - Universidade Estadual do Maranhão, Campus Pinheiro, 2023.

Orientadora: Profa. Dra. Maria de Fátima Sousa Silva

1. Educação Inclusiva . 2.Necessidades Educacionais Específicas. 3.Formação Docente. I.Título.

CDU: 376-056.26(812.1)

**DESAFIOS DE PAIS E PROFESSORES NA EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS COM
NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS DA ESCOLA MUNICIPAL
CLODOMIR MILETT EM PERI MIRIM-MA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Pedagogia Licenciatura, da Universidade Estadual do Maranhão - CESPI/UEMA, como requisito para a obtenção do título grau de Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Maria de Fátima Sousa Silva

Aprovada em: 14/12/2023

Nota: 9,0

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria de Fátima Sousa Silva (Orientadora)

Dra. em Educação

Universidade Estadual do Maranhão – Campus/Pinheiro

Profa. Ma. Edilene Reis Pereira (1º Examinador)

Ma em História

Universidade Estadual do Maranhão – Campus/Pinheiro

Profa. Esp. Alessandra Ribeiro Sousa (2º Examinador)

Especialista em Educação Especial e Inclusiva

Universidade Estadual do Maranhão – Campus/Pinheiro

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo geral analisar os principais fatores que desafiam os professores e pais na inserção das crianças com necessidades educacionais específicas na Escola Municipal Clodomir Milette em Peri Mirim/MA. Desta forma, se questiona: quais os principais desafios dos pais e professores na educação de crianças com necessidades educacionais específicas na Escola Municipal Clodomir Milette em Peri Mirim-Ma? Existem políticas de formação continuada como apoio para os professores? Os pais têm conhecimento dos direitos constitucionais de seus filhos referentes à inclusão escolar? A fim de que as respostas para tais perguntas fossem encontradas, foram utilizados tanto a pesquisa bibliográfica, através de livros, revistas e artigos disponíveis em bibliotecas virtuais como: Lilacs, Google Acadêmico e Scielo, quanto a pesquisa de campo, realizada através de um questionário semiestruturado (com dez perguntas) destinado a seis pais e quatro professores que fazem parte da escola em estudo. A metodologia que orientou a pesquisa foi a qualitativa, no que se refere ao objeto, é exploratória e descritiva. Após as análises dos dados foi possível constatar que os professores ainda enfrentam dificuldades no processo ensino aprendizagem de alunos com necessidades específicas necessitando de abordagem pedagógica diferenciada, com estratégias e adaptações específicas para atender às necessidades individuais de cada discente, no que se refere aos pais foi possível notar que eles também passam por momento difíceis com seus filhos especiais e desconhecem os direitos que eles possuem. Logo, percebe-se os achados deste estudo trazem reflexões importantes tanto para o meio escolar quanto para a sociedade, visto que, a educação é a principal ferramenta para transformar a nossa sociedade em um ambiente mais inclusivo e menos intolerante.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Necessidades Educacionais Específicas. Formação Docente.

ABSTRACT

The present work has the general objective of analyzing the main factors that challenge teachers and parents in the inclusion of children with specific educational needs at the Clodomir Millett Municipal School in Peri Mirim/MA. Therefore, the question arises: What are the main challenges facing parents and teachers in educating children with specific educational needs at the Clodomir Millett Municipal School in Peri Mirim-Ma? Are there continuing training policies to support teachers? Are parents aware of their children's constitutional rights regarding school inclusion? In order to find answers to such questions, bibliographical research was used, through books, magazines and articles available in virtual libraries such as: Lilacs, Google Scholar and Scielo, as well as field research, carried out through a semi-structured questionnaire (with ten questions) aimed at six parents and four teachers who are part of the school under study. The methodology that guided the research was qualitative, with regard to the object, it is exploratory and descriptive. Therefore, after analyzing the data, it was possible to verify that teachers still face difficulties in the teaching-learning process of students with specific needs, requiring a differentiated pedagogical approach, with specific strategies and adaptations to meet the individual needs of each student, with regard to parents it was possible to notice that they also go through difficult times with their special needs children and are unaware of the rights that they have, therefore, it is clear that the findings of this study bring important reflections both to the school environment and to society, since the Education is the main tool for transforming our society into a more inclusive and less intolerant environment.

Keywords: Inclusive Education; Specific Educational Needs; Teacher Training.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Dificuldades na inclusão de crianças com NEE com outras crianças ...	28
Gráfico 2 – Habilitação para trabalhar com crianças com NEE	29
Gráfico 3 – O incentivo da escola na participação de docentes em formação continuada	30
Gráfico 4 – Legislação que garante o acesso e permanência de alunos com NEE na sala de aula	33
Gráfico 5 – Satisfação dos pais de crianças com NEE no processo de aprendizagem	37
Gráfico 6 – Dificuldades em lidar com as necessidades apresentadas pelos filhos ..	39
Gráfico 7 – Lei que garante a matrícula e permanência do filho na sala regular	40
Gráfico 8 – Conhecimento dos direitos do filho ao acesso à educação equitária.....	43
Gráfico 9 – Preparação de professores para educar alunos	44
Gráfico 10 – Conhecimento do contraturno em sala de AEE	48
Gráfico 11 – Atividades diferenciadas de acordo com a necessidade específica	50

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS:	11
2.1 Formação de professores para o processo de aprendizagem dos alunos com NEE.....	14
2.2 O papel dos pais na educação dos filhos com NEE.....	20
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	27
3.1 Local da pesquisa	27
3.2 Resultados e discussões	28
3.2.1 Pesquisa destinada aos professores.....	28
3.2.2 Pesquisa destinada aos pais.....	38
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS	54
APÊNDICES	59

1 INTRODUÇÃO

O acesso educacional às pessoas com necessidade educacionais específicas/NEE vem crescendo nas últimas décadas, influenciado por mudanças na concepção do termo “especiais” por “específicas” e na criação de políticas públicas com caráter inclusivo, refletindo evoluções nos marcos legais produzidos em nível nacional e internacional e lutas sociais por direito à educação.

Ademais, essa ampliação do acesso à educação e o avanço das lutas por inclusão têm aumentado a presença de profissionais de diferentes áreas de conhecimento nas escolas como, por exemplo, Psicólogo, Assistente Social e Psicopedagogos, impulsionando os sistemas de ensino à implementação de medidas que visem atender às necessidades de todos os estudantes, o que inclui a viabilização de condições para a efetiva participação de pessoas com necessidade educacionais específicas.

De acordo com a Constituição Federal/CF de 1988, em seus artigos 205 e 206, entende-se que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, assim como é dever do Estado garantir condições igualitárias de permitir o acesso e permanência de todos os cidadãos ao ambiente escolar (Brasil, 1988).

Na Lei de nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que dispõe sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBN, no artigo 4º fica determinado que “o dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de”, entre outras coisas, “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino” (Brasil, 1996).

É importante destacar a Declaração de Salamanca (DS)¹ (1994), que determinou sobre os princípios, políticas e práticas na área das Necessidades Educativas Especiais. Outrossim, este documento reuniu várias declarações das Nações Unidas, culminando em um conjunto de Regras Padrões sobre Equalização de Oportunidades para Pessoas com Deficiência, por reafirmar os princípios legais constantes na Constituição Federal Brasileira e na LDB sobre a educação

¹ A Declaração de Salamanca organizada pelo governo da Espanha em cooperação com a UNESCO, realizada em Salamanca entre 7 e 10 de junho de 1994 teve como objetivo informar sobre políticas e guias ações governamentais, de organizações internacionais ou agências nacionais de auxílio, organizações não governamentais e outras instituições sobre princípios, política e prática em Educação Especial, incumbindo aos Estados a assegurem que a educação de pessoas com deficiências seja parte integrante do sistema educacional.

inclusivade alunos com NEE.

Outra conquista significativa foi a aprovação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEE) em 2008. Essa política enfatiza que a educação inclusiva, com base nos princípios dos direitos humanos, não é apenas uma questão cultural, social e pedagógica, mas uma ação política que visa proporcionar uma educação de excelência a todos os estudantes.

A PNEE exige que os sistemas educacionais se organizem de maneira a atender à diversidade de alunos. Seus objetivos específicos englobam a garantia à disponibilidade de atendimento educacional especializado (AEE), a continuidade dos estudos e o acesso aos níveis mais avançados de ensino, a promoção da acessibilidade universal, a capacitação contínua de professores para o atendimento educacional especializado, a formação de profissionais da educação e da comunidade escolar, a integração da abordagem da educação especial desde a fase infantil até o ensino superior e a colaboração entre diferentes setores na execução das políticas públicas (Machado; Vernick, 2013).

Mediante aos expostos, percebe-se que tanto a legislação nacional quanto internacional asseguram a todo ser humano o direito à educação para as pessoas com NEE, bem como a matrícula e permanência na escola, livre de preconceitos e discriminações. Dessa forma, o acesso do educando com NEE nas escolas deve garantir não somente o seu ingresso, mas também o seu desenvolvimento e o sucesso escolar.

E para garantir tal sucesso escolar, acredita-se que existam alguns desafios no processo de ensino e aprendizagem, e m deles é em relação à formação adequada dos professores para trabalhar com a turma toda, na qual reúne alunos deficientes e não deficientes, pois faltam políticas de apoio para que estes profissionais atendam às necessidades de cada aluno. Outro desafio são as dificuldades que os pais têm em lidar com seus filhos, já que, devido à falta de informação, em relação às necessidades que eles têm, pelo fato de não estarem preparados para os desafios que surgem no dia a dia, limitando, por vezes, o convívio da criança ora no contexto social ora no escolar.

O interesse pelo tema surgiu a partir de percepções da autora sobre a realidade da Escola Municipal Clodomir Milet em relação à falta de acessibilidade e limitações das condições físicas, pedagógicas e também pelo desconhecimento de informação dos pais no que confere à legislação que assegura desde a inserção até

a permanência de alunos com necessidades específicas na rede regular de ensino, fatores que proporcionam a formação destes no exercício da cidadania. Ao longo da vivência na referida escola foi possível perceber a ineficiência à atenção que deveria ser dada à implementação e, conseqüentemente, aos discentes que deveriam usufruir do espaço escolar.

No que tange os problemas da pesquisa, têm-se: Quais os principais desafios dos pais e professores na educação de crianças com necessidades educacionais específicas na Escola Municipal Clodomir Milette em Peri Mirim-Ma? Nesse sentido, pensou-se nas seguintes hipóteses:

a) política de inclusão dos discentes com NEE da educação básica da escola Clodomir Milette não está ocorrendo de forma adequada; b) algumas dificuldades para a inclusão escolar se dar ao fato da não preparação dos professores; c) os pais contribuem para a educação da criança se aceitarem as necessidades educacionais que seu (s) filho (s) apresentam.

A partir dos questionamentos apontados, o objetivo geral da pesquisa foi: analisar os principais fatores que desafiam os professores e pais na inserção das crianças com necessidades educacionais específicas na Escola Municipal Clodomir Milette, Peri Mirim/MA.

Para tanto, delineou-se os objetivos específicos: examinar o processo de acesso e a inclusão dos alunos com necessidades educacionais específicas na escola; destacar os principais fatores que dificultam a inserção dos discentes com necessidades educacionais específicas no contexto escolar e, compreender a realidade vivenciada pelos alunos com necessidades educacionais específicas no contexto educacional.

A fim de que as respostas para tais perguntas fossem encontradas, foram utilizados tanto a pesquisa bibliográfica, através de livros, revistas e artigos disponíveis em bibliotecas virtuais como: Lilacs, Google Acadêmico e Scielo, quanto a pesquisa de campo, realizada através de um questionário semiestruturado (com dez perguntas) destinado a seis pais e quatro professores que fazem parte da escola em estudo.

A metodologia que orientou a pesquisa foi a qualitativa, no que se refere ao objeto, é exploratória e descritiva. Após as análises dos dados foi possível constatar que os professores ainda enfrentam dificuldades no processo ensino aprendizagem de alunos com necessidades específicas necessitando de abordagem pedagógica

diferenciada, com estratégias e adaptações específicas para atender às necessidades individuais de cada discente, no que se refere aos pais foi possível notar que eles também passam por momento difíceis com seus filhos especiais e desconhecem os direitos que eles possuem. Logo, percebe-se os achados deste estudo trazem reflexões importantes tanto para o meio escolar quanto para a sociedade, visto que, a educação é a principal ferramenta para transformar a nossa sociedade em um ambiente mais inclusivo e menos intolerante.

Acredita-se ser de extrema relevância acadêmica e social essa pesquisa que visa contribuir com a sociedade local para a reflexão da necessidade da inclusão da criança com necessidades específicas, bem como sensibilizar a comunidade local sobre a importância de superar barreiras para a efetivação da educação especial inclusiva de alunos que dela necessitem na rede regular de ensino.

O estudo está estruturado da seguinte forma, nesta primeira seção estamos tratando da introdução, na segunda seção será exposto a visão de vários autores sobre a temática, no terceiro será explicada a metodologia utilizada, na quarta seção apresenta-se a análise dos dados coletados e por fim, as considerações finais.

2 PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS: um breve contexto

Esta seção pretende situar a educação especial a partir de uma perspectiva de inclusão. Em primeiro lugar, começar explorando a compreensão da formação histórica e social desse campo do conhecimento relacionado à educação, enfatizando os princípios teóricos e os traços distintivos que moldaram a evolução da mencionada abordagem educacional.

A Educação Inclusiva teve origem a partir dos anos de 1990, marcada pela Conferência Mundial de Educação Especial. Com a promulgação da Declaração de Salamanca em 1994, passou a considerar a inclusão como um meio mais avançado de democratizar as oportunidades educacionais (Souto, 2014). No entanto, a implementação da Educação Inclusiva como política ocorreu nos anos 2000.

Ao longo da trajetória da sociedade ocidental, indivíduos com deficiências foram mantidos separados. Nas épocas antigas, a incapacidade de participar na caça poderia ser vista como uma potencial ameaça à sobrevivência do grupo, levando à exclusão ou ao abandono dessas pessoas. Na civilização da Grécia e Roma antiga, tais indivíduos eram considerados incompatíveis com os ideais de perfeição, o que resultava na autorização ou mesmo na imposição de sua exclusão do convívio social (Reis, 2021).

Segundo Santos (2020), há evidências de que pessoas com deficiência já participavam ativamente da sociedade e se envolviam em atividades junto com outras pessoas, conforme revelado por descobertas arqueológicas no Egito Antigo. Dentro desse contexto histórico, essa observação ilustra a presença de uma rotina onde essas pessoas desempenhavam tarefas que se alinhavam com as normas daquela época. Em outras palavras, suas ações eram moldadas por uma compreensão das leis naturais e dos padrões sociais que prevaleciam na sociedade da época.

Ao longo da história, nem sempre a preocupação com o diferente se fez presente na sociedade, a exclusão era o meio mais aceito pela família que tinha uma pessoa com deficiência; o tratamento dado às pessoas com deficiência de qualquer natureza, sempre foi o de colocá-los à margem da sociedade, impedindo-os da participação na vida social e familiar, sendo vistos como pecadores castigados por Deus e até mesmo como aberrações que assustavam ou divertiam conforme a sua deficiência (Guedes et al, 2015, p. 165).

Durante muito tempo as pessoas com necessidades educacionais específicas (NEE) ficaram à margem da sociedade, sendo excluídas de seus processos, hoje, a sociedade vem lançando cada vez mais o seu olhar para a questão da inclusão dessas pessoas. Neste contexto, reflete-se sobre o processo de inclusão escolar dos NEE; a formação dos educadores para o processo de inclusão; o papel dos pais na educação dos filhos e, sobre a parceria entre escola e família.

A educação inclusiva perpassa por inúmeros desafios para atender os sujeitos que necessitam de um atendimento escolar digno e igualitário. Existem inúmeras desafios na prática da educação inclusiva, dessa forma, é necessário entender essas deficiências para buscar formas de transformar essa realidade no contexto escolar brasileiro e melhorar tanto o acesso dos alunos quanto o processo ensino aprendizagem.

De acordo com Ramos (2019), no Brasil, o debate acerca da Educação Inclusiva teve seu início na década de 1970. Isso levou os líderes governamentais a considerarem a criação de instituições tanto públicas quanto privadas, além de órgãos tanto federais quanto estaduais, para atender à população com necessidades especiais. Similarmente a outros países, a trajetória da educação especial por aqui foi caracterizada por um intenso ativismo e pela formação de grupos organizados. Contudo, a verdadeira implementação da inclusão apenas se firmou após a promulgação da Declaração de Salamanca em 1994.

A integração educacional no Brasil está intimamente entrelaçada à narrativa e aos princípios dos movimentos que advogam pelos direitos humanos. Esses princípios constituem-se como pré-requisitos fundamentais para que os indivíduos tenham a capacidade de forjar suas trajetórias com liberdade, equidade e respeito. O propósito subjacente à codificação desses direitos não é nivelar as pessoas ou os grupos sociais, mas assegurar a todos uma existência digna, respeitando as particularidades que os tornam únicos (Santos, 2015).

Para que as escolas atendam ao processo de inclusão, os alunos com NEE específicas devem ser incluídos no ensino regular e a escola deve se adequar para atender às demanda individuais de cada aluno, independentemente de suas particularidades e diferenças, de modo a adequar e organizar o currículo e o Projeto Político Pedagógico da instituição, deve contemplar a diversidade de sua comunidade escolar, formando um equilíbrio entre o desenvolvimento dos conteúdos previstos e a socialização de todos os envolvidos (Rocha, 2017).

A Secretaria de Educação Especial do MEC (SEESP), por meio do documento Política Nacional de Educação Especial que orienta oficialmente os serviços públicos nesta área, considera a Educação Especial como:

[...] um processo que visa a promover o desenvolvimento das potencialidades de pessoas portadoras de deficiências, condutas típicas ou altas habilidades, e que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino. Fundamenta-se em referenciais teóricos e práticos compatíveis com as necessidades específicas de seu alunado. O processo deve ser integral, fluindo desde a estimulação essencial até os graus superiores de ensino. Sob esse enfoque sistêmico, a educação especial integra o sistema educacional vigente, identificando-se com sua finalidade, que é a de formar cidadãos conscientes e participativos (Brasil, 1994, p.17).

A educação voltada para pessoas com quaisquer necessidade especial é denominada de educação especial, devido às suas necessidades, às quais exigem que o sistema ofereça tratamento especial, como se encontra explícito na LDB (Brasil, 1996).

De acordo com a LDB em seu artigo 58 “entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais(Brasil, 1996).

Em colaboração com o que é estabelecido no artigo 58 na LDB n 9394/96, Santos (2020) enfatiza que a subsídios ao processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. O serviço de Educação Especial, que se concretiza através do atendimento educacional especializado, deve ser ofertado em todos os níveis do ensino - da educação infantil à educação superior – de modo complementar ou suplementar e não mais em caráter substitutivo ao ensino comum, como ocorreu em momentos históricos anteriores.

A expressão “educação inclusiva” implica na ideia de que a escola deve ser capaz de atender às diversas necessidades dos alunos dentro do contexto das escolas regulares. Nesse sentido, a inclusão pressupõe que a escola se adapte a todos os alunos. Para Ramos (2019), a escola tem uma responsabilidade inalienável que é proporcionar ao aluno uma inserção ao mundo social, cultural e científico, sendo um direito incondicional de todo ser humano, independentemente dos padrões de “normalidade” estabelecidos pela sociedade ou dos pré-requisitos impostos pela escola.

De acordo com Jacomeli (2019), mesmo nos dias atuais, a integração de

alunos com necessidades especiais ainda representa um desafio que provoca apreensão e expectativas entre muitos profissionais da educação. Essa situação é agora menos intensa do que em épocas passadas, porque uma vez que é aceita de forma adequada pela escola, ela traz consigo o compromisso com abordagens pedagógicas que beneficiam todos os estudantes. Isso implica em uma transformação genuína na perspectiva de ensino, com o objetivo de proporcionar uma aprendizagem significativa, inclusiva e de alta qualidade.

Para Reis (2021), a ideia de implementar uma educação inclusiva confronta com um desafio significativo que é transformar a estrutura educacional atual. Para atingir tal objetivo, é imprescindível uma mudança de mentalidade e a superação de diversas barreiras históricas, financeiras e físicas. Não se trata apenas de incorporar crianças com necessidades especiais na escola, mas também de estabelecer redes de cooperação com a sociedade para combater a intolerância e eliminar obstáculos legais, levando em consideração a diversidade do desenvolvimento da educação infantil.

A educação escolar desempenha um papel amplo ao contribuir para a formação desses estudantes, principalmente considerando que a inclusão de alunos com deficiência tem representado um desafio significativo. É fundamental que as barreiras sejam superadas, uma vez que as limitações de um aluno não devem ser motivo para sua exclusão dos direitos humanos a todos os cidadãos. Vale destacar que a aprendizagem ocorre por meio da troca de experiências, e ao colocar um aluno com deficiência junto a seus colegas, proporciona-lhe a oportunidade de brincar e interagir, o que gera novas vivências capazes de fomentar seu aprendizado e desenvolvimento (Almeida; Montino, 2021).

2.1 Formação de educadores para o processo de ensino aprendizagem dos alunos com NEE

Para Nunes (2020), mesmo após passarem por uma trajetória acadêmica de estudos, os professores frequentemente experimentam sentimentos de insegurança ao se depararem com a responsabilidade de instruir crianças com NEE específicas. É relevante que os educadores estejam bem preparados e tenham uma compreensão de como abordar tais sentimentos, uma vez que a confiança da criança depende disso. Em muitos casos, a falta de conhecimento surge devido à ausência de formação adequada, sendo que a capacidade do professor de lidar

eficazmente com essas situações depende da obtenção de uma formação sólida, tanto no que diz respeito ao ambiente escolar quanto ao conteúdo específico do curso de formação do professor.

Para Freire (1996, apud Ramos, 2019), é responsabilidade do professor instigar nos estudantes a habilidade de análise reflexiva, apesar das dificuldades que podem surgir durante o percurso profissional, já que o ato de educar vai além da mera transmissão de informações, por envolver também a geração de interesse investigativo e o desenvolvimento do pensamento crítico. Nesse contexto, é indispensável que os educadores estejam adequadamente preparados para enfrentar as variadas situações presentes no ensino, incluindo as particularidades sensoriais, cognitivas ou físicas de cada aluno.

De acordo com Silva (2022), o professor acompanhante do estudante com deficiência desempenha um papel fundamental na criação de um ambiente inclusivo e acolhedor. Além de estabelecer uma relação de confiança com os pais, é essencial que o professor conquiste a confiança do aluno, para que ele se sinta confortável ao ingressar na sala de aula e não se sinta perdido.

O professor acompanhante deve oferecer auxílio durante as aulas, no que se refere ao atendimento às necessidades específicas do aluno, adaptando o conteúdo, ajudando-os nas atividades, acompanhando-o ao banheiro, na higienização necessária e cuidados necessários ao estudante durante as aulas. É responsabilidade do professor proporcionar um espaço educativo inclusivo, que atenda às particularidades das pessoas com deficiência, que busque garantir a qualidade do ensino e o cumprimento das prerrogativas legais.

Os professores juntamente com o tutor acabam sendo a referência central do aluno incluído, o objetivo principal do tutor é desenvolver a criança para a aprendizagem de forma significativa dentro de suas possibilidades, em parceria com professor, sem muitas intervenções, deixar com que os colegas também participem de forma natural, buscando sempre a autonomia do aluno incluído. Cada inclusão necessita de condições especiais, cada jovem inserido é único, assim possui necessidades únicas. Por esta razão, a função do tutor vai muito além do cuidado, este é responsável também pelo desenvolvimento da aprendizagem dos alunos com necessidades especiais específicas (Cordeiro, 2017).

Ao endossar as implicações cedidas acima, Rodrigues, Lima e Viena (2017) ressaltam a rotina dos educadores dentro das salas de aula, analisando e

compreendendo os obstáculos que enfrentam em suas realidades. Isso abre espaço para a concepção e implementação de atividades que promovem o processo de aprendizado. O estudo ressalta a relevância da formação contínua, que tem como objetivo auxiliar os professores na busca por abordagens pedagógicas inovadoras. Os autores mencionados também destacam os desafios que os professores encaram diariamente ao tentar despertar o interesse dos alunos, um aspecto que frequentemente os leva à desmotivação em relação ao seu trabalho.

Nesse contexto, Cruz (2011) se dedicou a entender como os/as professores/professoras enfrentaram o desafio de incorporar a inclusão escolar de alunos com NEE especiais em suas salas de aula. Ela propôs a implementação de um programa de formação contínua, destinado a aprimorar as habilidades desses/as profissionais, visando à elaboração de abordagens alinhadas com os princípios da educação inclusiva. Os resultados provenientes da pesquisa realizada para o artigo destacam que as professoras desenvolvem estratégias de intervenção compatíveis com a inclusão escolar, e elas emergem como protagonistas nos programas de formação contínua.

Silva (2014) traz como principal argumento as adaptações curriculares nas escolas, por ser o caminho de acesso ao currículo e, conseqüentemente, a uma aprendizagem de qualidade, sendo direito de todos, independentemente de suas especificidades. Para que a inclusão do aluno aconteça de forma adequada nas escolas regulares, é preciso que haja acesso ao currículo com as devidas adaptações curriculares, e que esse currículo seja flexível e dinâmico, com envolvimento de todos os profissionais da educação, que o professor busque e receba uma formação continuada de qualidade e tenha vontade aliada ao conhecimento para que realmente a inclusão aconteça.

O acesso ao currículo só vai acontecer se houver mudanças que levem os profissionais da educação a superarem as barreiras, a atitude das pessoas, frente à diferença e/ou deficiência. Percebe-se, com isso, que para que a inclusão aconteça de fato, precisa-se de mais capacitação e/ou formação que atinja os profissionais da educação de uma forma mais efetiva, garantindo assim, oportunidades iguais aos alunos da Educação Especial.

Barbosa, Fialho e Machado (2018) discutem as políticas públicas de Educação Especial em um contexto global, enfatizando o progresso dos debates universais nos séculos XX e XXI. O objetivo é esclarecer os conceitos relacionados a

ideologias, propostas de inclusão e medidas em andamento nas escolas regulares no Brasil.

Os resultados revelam que a participação de todos os alunos nas instituições de ensino convencional tem se expandido, sobretudo, nos grupos sociais historicamente excluídos, como as pessoas com deficiência. Isso é alcançado por meio de uma abordagem humanista e democrática que reconhece a individualidade de cada aluno, com o intuito de promover o desenvolvimento pessoal, a satisfação individual e a integração social de todos.

Diante de transformações que ocorreram na formação dos professores, a escola desempenha uma função relevante na formação de cidadãos, por emergir como um ambiente de significativa importância para a promoção da inclusão. Nesse contexto, é essencial que ocorra uma reestruturação no ambiente escolar, de forma a facilitar esse processo.

Quando a escola atua como um meio para a inclusão, Souza e Rodrigues (2015, p. 4) afirmam que “os professores, com o decorrer do tempo, passam a entender o seu papel e tomam para si a responsabilidade de promover a inclusão do aluno dito diferente e assimabolir a exclusão.”

Um marco regulatório decisivo para a formação docente nas últimas décadas tem sido a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996. A LDB 9.394/96 traz indicadores para a formação de profissionais para a Educação Básica que representam avanços em relação às legislações anteriores, embora suscite outras discussões e encaminhamentos, uma vez que enfatiza a formação superior para o professor de educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental (Haiduke; Paula; Seleme, 2015).

Os artigos 61 e 62, da LDB, explicitam como se dará a formação continuada dos profissionais da educação, observando-se que uma nova redação foi dada ao artigo 62:

Art. 61. A formação de profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos:
I a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço;

II aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades.

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas

quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal (Brasil, 1996).

Percebe-se que a formação continuada é uma exigência da LDB 9.394/96 e é um requisito indispensável ao exercício profissional docente e em atividades correlatas. O que falta é, os professores conhecer as leis que regem seus direitos e deveres, para que, assim, possam cobrar mais das autoridades competentes, sejam elas entidades públicas ou privadas.

Veja-se o que a Meta 15 do Plano Nacional de Educação (PNE) destaca sobre a formação do professor:

Garantir, em regime de colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, no prazo de um ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam (Brasil, 2014, p. 48).

Note-se que a Meta 15 do PNE 2014-2024 é determinante ao assegurar a implantação da política nacional de formação dos profissionais da educação. Conforme Ferreira (2018), a formação do professor é um elemento fundamental para o bom andamento do trabalho pedagógico. Embora o sistema e a prática educacional sejam formados por sujeitos diversos, a figura do docente ainda é determinante para que o processo de ensino e aprendizagem ocorra de forma satisfatória.

A ação educacional envolve um processo de investigação, estudo e resolução de desafios, levando os professores a frequentemente se depararem com uma série de obstáculos. Estes obstáculos precisam ser enfrentados para superar as restrições existentes, o que impulsiona os educadores a procurar abordagens que dialoguem com a realidade encontrada em sala de aula. Nesse sentido, eles buscam identificar as capacidades individuais de cada aluno que visam proporcionar oportunidades de aprendizado igualitárias e facilitar a superação de suas próprias limitações.

Confrontados com essa tarefa, os professores precisam planejar suas aulas de forma cuidadosa, utilizando recursos variados como filmes, jogos, músicas, maquetes, mapas e desenhos, entre outras opções disponíveis. A adoção dessas alternativas possivelmente venha garantir que todos os estudantes possam acessar oportunidades educacionais no ambiente da sala de aula, promovendo, assim, um

ambiente inclusivo (Rocha, 2017).

Percebe-se que a formação de professores é um tema de destacado valor, e quando se trata especificamente da formação do professor em relação à inserção das inovações tecnológicas no ambiente da sala de aula, percebem-se alguns entraves, porém, precisa-se aprofundar na reflexão acerca da importância da formação do educador em Tecnologias Assistivas, bem como no conhecimento, adaptações e possibilidades de utilização pedagógica.

De acordo com as considerações de Almeida e Montino (2021), é essencial considerar a integração dentro do contexto educacional. Isso é essencial para que os educadores possam melhorar suas abordagens e para que os responsáveis pela administração de escolas, sejam elas públicas ou privadas, possam atualizar-se e reestruturar-se, de modo a atender às necessidades individuais de cada estudante.

Além disso, Rocha (2017) ressalta que a inclusão no ambiente escolar é uma necessidade incontestável, o que acarreta no desafio de assegurar uma educação de fato de qualidade para todos, uma vez que a inclusão escolar traz consigo um novo modelo educativo. Entre os obstáculos enfrentados para a implementação efetiva da inclusão escolar de pessoas com necessidades educacionais especiais, estão à carência de preparo dos profissionais da educação e a existência de currículos convencionais e inapropriados para a promoção da educação inclusiva, tanto em escolas públicas quanto privadas.

Segundo as argumentações de Tavares, Santos e Freitas (2016), a ênfase do referencial teórico recai na capacitação dos professores que trabalham com esses alunos. No contexto escolar e no processo de ensino e aprendizagem, o professor emerge como uma figura de importância, visto que mantém um contato direto com as crianças, serve como um veículo para disseminação do conhecimento e desempenha um papel importante no processo de ensino ao agir como um facilitador.

Consoante à opinião do autor, o treinamento do educador pode impactar sua atuação na sala de aula de várias maneiras. Neste cenário, o Brasil progrediu, mas ainda enfrenta um percurso significativo para proporcionar maior integração efetiva dessas crianças com deficiência na sociedade.

Os progressos nessa esfera têm o potencial de auxiliar os educadores na criação de um ambiente agradável e propício ao trabalho, o que contribui para reduzir os sentimentos de apreensão, ansiedade e desmotivação. Observa-se como

um dos resultados dessa ação o currículo de formação de professores não apenas incorporado em disciplinas dedicadas especificamente à inclusão, mas também com abordagem dessa temática em diversas outras disciplinas ao longo do programa formativo.

Com essa abordagem, a inclusão deixa de ser tratada de maneira fragmentada, tornando-se inclusive, um tema cada vez mais relevante nas deliberações dos cursos de graduação. Uma recomendação salientada é que os programas de formação proporcionem mais oportunidades para a interação prática com crianças com deficiência. Isso pode englobar estágios em salas de aula inclusivas e a convivência direta com essas pessoas, proporcionando experiências e debates que podem contribuir para uma perspectiva genuinamente inclusiva (Tavares, Santos, Freitas, 2016).

2.2 O papel dos pais na educação dos filhos com NEE

A família é reconhecida como a primeira entidade social responsável por estimular o crescimento pessoal das pessoas; é a primeira fase de educação. É considerada a fundação de todas as coisas, fundamental para o progresso da humanidade. Nesse contexto, a criança terá suas primeiras interações com indivíduos que desempenharão um papel importante em sua construção pessoal.

Giddens (2012, p. 242) destaca o conceito de família:

Uma família é um grupo de pessoas ligadas diretamente por conexões de parentesco, cujos membros adultos assumem responsabilidades por cuidar das crianças. Os laços de parentesco são conexões entre os indivíduos estabelecidas seja pelo casamento ou pelas linhas de descendência que conectam parentes de sangue (mães, pais, filhos etc.).

Na visão de Machado (2021) é dentro da família que o ser humano adquire as habilidades para interagir com os demais, reconhecendo e respeitando as singularidades, variações e restrições individuais. Assim, a promoção da integração tem sua origem no ambiente doméstico, visto que os indivíduos com deficiência e seus familiares desempenham um papel significativo na concretização desse processo. Ademais, essa dinâmica também assegura o desenvolvimento intelectual e cognitivo dos futuros membros da sociedade.

O passo mais significativo para a inclusão de indivíduos com deficiência é a aceitação por parte da família. É essencial promover uma sociedade menos discriminatória, na qual as pessoas enxerguem umas às outras por suas distintas

qualidades. Com frequência, os pais enfrentam inseguranças em relação a permitir que seus filhos com deficiência frequentem a escola. Isso decorre da crença na falta de habilidades de aprendizado, desenvolvimento e interação social por parte de seus filhos, particularmente em ambientes onde outros alunos não têm deficiências (Oliveira; Sobral, 2020).

A designação “deficiência” não denota impossibilidade. Quando uma criança nasce com um diagnóstico de deficiência, os pais frequentemente enfrentam uma sensação de desolação, mas se a criança deficiente é apoiada de maneira abrangente, tanto no âmbito médico quanto no familiar e social, ela alcança um desenvolvimento que surpreende aqueles ao seu redor. O desafio reside no fato de que cuidar de uma criança ou adulto com deficiência demanda uma atenção especial, contudo, muitas vezes, a falta de conhecimento leva a família a negligenciar a busca pelo que é necessário e direito da criança (Almeida; Montino, 2021).

De acordo com a LDB nº 9394/96, os profissionais da educação devem ser os responsáveis pelos processos de aprendizagem, em responsabilidade conjunta com os pais, responsáveis e a família.

A lei prevê a ação integrada das escolas com as famílias:

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: (...) VI – Articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola; (...) Art.13. Os docentes incumbir-se-ão de: (...)VI – Colaborar com as atividades desarticulação da escola com as famílias e a comunidade. Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: (...) II – Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes”. (Brasil, 1996).

No que diz respeito aos direitos e deveres dos pais:

Art. 55. Os pais ou responsável têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino.

Art. 56. Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho

Tutelar os casos de: I – Maus-tratos envolvendo seus alunos; II – Reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares; III – elevados níveis de repetência (Brasil, 1990).

A família pode contribuir com a escola por atitudes simples e que não precisam ocupar o tempo dos pais, que, muitas vezes, é curto e carregado de afazeres. O simples fato de diariamente se atentar para as anotações deixadas nas agendas de seus filhos e responder na própria agenda quando solicitados, assim

como perguntar e orientar algumas questões de seu interesse já estreita consideravelmente a ligação entre a escola e a família.

Outra questão simples e muito eficaz é a participação nas tarefas que são levadas para serem feitas em casa, a atitude de separar um dia da semana para participar desse momento com o filho é fundamental para que os pais consigam enxergar a evolução educacional e cognitiva dos seus filhos e observar suas dificuldades, podendo assim, comunicar-se com os professores para ajudar no desenvolvimento de seu filho/aluno (Machado, 2021).

A formação e desenvolvimento das pessoas são grandemente influenciados pelo papel desempenhado pela família. É neste contexto que as primeiras experiências, superações e obstáculos são enfrentados, e é por meio da orientação familiar que os filhos adquirem princípios, respeito e a capacidade de conviver de acordo com os valores mediados pela progressão da sociedade ao longo do tempo. A família facilita a criação de laços emocionais e atende às necessidades dos filhos, tendo um impacto valioso na socialização e na instrução (Santos, 2015).

Ao discutir o processo de educação em escolas regulares, a importância da participação da família emerge, uma vez que, na literatura, é frequentemente identificada como o núcleo primordial no qual a criança se desenvolve, especialmente durante os anos pré-escolares. A família e a escola são examinadas como dois microssistemas sociais que desempenham papéis complementares no contexto educacional, criando situações interconectadas e significativas (Broges; Guala; Cia, 2015).

A falta de envolvimento da família na supervisão da educação do aluno com necessidades especiais é uma queixa frequente entre os educadores e profissionais da área educacional em geral. Isso muitas vezes é apontado como motivo para as dificuldades de progresso no aprendizado desse aluno, uma vez que a ausência de diálogo a respeito das dificuldades enfrentadas pelo aluno especial, bem como a ausência de participação em eventos comemorativos, são considerados fatores significativos para o desenvolvimento da independência e confiança desses estudantes (Souza; Benicio, 2022).

Ainda segundo o autor, a função da família em participar ativamente na escola reforça o processo de aprendizado. Isso ocorre porque, com a contribuição da família, a escola pode contar com o respaldo dos pais e responsáveis para promover um progresso mais amplo tanto intelectual quanto socialmente entre os alunos. A

contribuição constante dos pais ou responsáveis na jornada escolar de seus filhos desempenha um papel crucial no avanço socioeducativo do estudante. Isso ocorre porque a família serve como a base primordial para a educação dos filhos, e a escola complementa esse ambiente.

Ayres (2012), destaca que: “quando existem problemas de adaptação na escola, dificuldades de integração no grupo, a questão do compartilhar e da solidariedade, a origem da dificuldade está na relação da criança com a família” (p. 30).

Enquanto o grupo social inicial e mais fundamental em que os indivíduos se inserem, a família desempenha um papel crucial na instrução da formação da identidade pessoal e da autonomia. Essa dinâmica se aplica tanto às pessoas com deficiências quanto àquelas sem deficiências. Quando uma família que acolhe uma criança com deficiência proporciona um ambiente afetivo e estável, o processo de desenvolvimento da criança pode ser facilitado.

Dessa forma, é de extrema importância que a família seja capaz de acolher a criança e procurar auxílio para otimizar seu crescimento. Um ambiente positivo e enriquecedor exerce uma função decisiva na construção dos primeiros laços da criança com o entorno ao seu redor.

Sobre o sentimento de parceria entre família e escola, Oliveira e Sobral (2020, p. 166) destacam:

É de extrema importância na vida de qualquer criança o acompanhamento presencial dos pais e de toda a família, eles têm o dever de ofertar segurança, afeto e principalmente educação. Logo, a situação das famílias de deficientes não é diferente, são situações muito parecidas, porém a família que tem deficientes vive em uma situação mais delicada.

Faz-se necessário que as famílias compreendam a relevância da colaboração com a escola de seus filhos. Isso simplifica a vida de todos os envolvidos, pois os estudantes ampliam consideravelmente seu aprendizado, sendo a instrução escolar executora de um papel ainda mais eficaz e as famílias se tornariam genuinamente parceiras da educação.

Conforme mencionado por Cury (2015, p. 14):

Atualmente, não basta ser bom, pois a crise da educação impõe que procuremos a excelência. Os pais precisam adquirir hábitos de pais brilhantes para revolucionar a educação. Os professores precisam incorporar hábitos de educadores fascinantes para atuar com eficiência no pequeno e infinito mundo da personalidade dos seus alunos.

Em concordância com Nunes (2020), no contexto da colaboração entre pais e escola, é fundamental reconhecer a necessidade de verdadeiramente ouvir um ao outro. A comunicação é um elemento valioso, uma vez que a intenção é promover uma troca construtiva de ideias para alcançar resultados positivos no que se refere ao progresso dos filhos. Fica claro que há várias oportunidades para que os pais se envolvam ativamente na escola, uma vez que é parte de suas responsabilidades estarem a par de todos os acontecimentos relacionados ao desenvolvimento educacional de seus filhos.

Silva (2015) enfatiza que a família é a primeira instituição com a qual a criança tem intensa convivência desde os seus primeiros dias de vida. Ademais, segunda a supracitada, em seus primeiros anos a criança passará adquirindo conhecimentos e valores que a influenciarão no desenvolvimento cognitivo, social, na aprendizagem e na personalidade. E além disso, esses conhecimentos são adquiridos também pelas crianças que apresentam alguma deficiência.

A família deve ter um papel ativo na educação da criança, participando de forma positiva e adequada em todas as etapas do seu desenvolvimento. Contudo, para que essa educação se efetive com êxito deve ser exercida em interação com outros agentes educativos que possam contribuir para esse processo educativo como, por exemplo, a escola (Santos, 2015).

De acordo com Silva (2015), um bom convívio familiar é de suma importância para o progresso da criança. Assim, a convivência familiar é um direito da criança e do adolescente assegurado por lei, especificamente pela Constituição Federal/CF, onde esta lei determina que a criança e o adolescente tenham o direito à liberdade, um ambiente saudável, vida humana digna, direito à convivência familiar.

Silva (2022) menciona que quando um filho nasce com deficiência, os pais enfrentam uma série de desafios, incluindo o receio em relação à inclusão social e escolar. Infelizmente, algumas famílias têm dificuldade em aceitar a condição de deficiência de seus filhos, o que pode prejudicar seu desenvolvimento, exigindo a busca por terapias e intervenções apropriadas. A falta de aceitação, negação ou invisibilidade das pessoas com deficiência pode acarretar problemas significativos, retardando seu progresso e restringindo suas oportunidades de superação e integração na sociedade, principalmente para as crianças.

A escola desempenha um papel fundamental como uma instituição que

busca tanto transmitir conhecimentos quanto formar indivíduos por meio da disseminação de valores, ideias, crenças, princípios morais e éticos. O ambiente escolar é considerado um local privilegiado, pois enfrenta o desafio de superar práticas pedagógicas predominantes.

Sua função principal é fornecer educação e garantir a aprendizagem de habilidades e conteúdos essenciais para a vida em sociedade, ao mesmo tempo em que contribui para o processo de inserção social. Através da criação de ferramentas para compreender a realidade local e promovendo a participação dos alunos em diversas interações sociais, a escola busca favorecer a integração dos educandos na sociedade em geral (Santos, 2015).

Na sociedade atual, a família e a escola desempenham papéis de extrema importância para o processo de desenvolvimento humano, impulsionando o crescimento físico, intelectual, emocional e social dos indivíduos. Essas duas instituições exercem uma influência significativa na vida das pessoas com desenvolvimento atípico.

Escola e família compartilham responsabilidades sociais, políticas e educacionais, contribuindo para a formação do cidadão. Ambas têm a tarefa de transmitir e construir conhecimentos culturalmente organizados, transformando os modos de funcionamento psicológico de acordo com as possibilidades de cada ambiente (Wieczorkiewicz; Baade, 2020).

A família desempenha-se um papel crucial de socialização, proteção e desenvolvimento dos seus membros nos aspectos cognitivos, afetivos e sociais. A família exerce uma influência significativa no comportamento dos indivíduos, especialmente das crianças, que aprendem diferentes formas de existir, observar o mundo e construir relações sociais. Existe um esforço coordenado entre a família e a escola para atender às diversas necessidades educacionais especiais. A família e a escola são pilares de apoio e sustentação para o indivíduo em sua jornada existencial (Santos, 2015).

Ainda segundo o autor supracitado, quanto maior for a parceria entre família e escola, mais positivos serão os resultados na formação do sujeito. A participação dos pais na educação formal dos filhos deve ser constante e consciente. O ambiente familiar e o ambiente escolar são simultâneos e complementares, sendo essencial que pais, professores e filhos/alunos participem e compartilhem experiências, levando em consideração questões do cotidiano sem buscar culpados ou inocentes,

mas sim, compreendendo as nuances de cada situação.

Fernandes (2014) ressalta a relevância de enfatizar o papel a ser desempenhado tanto pela escola quanto pelos pais no processo de ensino-aprendizagem. Isso é particularmente significativo em uma sociedade que enfrenta mudanças contínuas e busca novas abordagens e direções para a convivência em comunidade.

Os elementos sociais, culturais e políticos que compõem a natureza humana estão sujeitos a transformações frequentes. Faz-se necessário ter um espaço onde os filhos e alunos possam cultivar uma sensação de segurança e autoconfiança em relação ao seu potencial. A escola pode desempenhar esse papel quando está adequadamente estruturada e recebe o apoio da família.

A família é considerada uma instituição responsável por promover a educação informal dos filhos e influenciar o comportamento destes no meio social. A escola, por sua vez, ao se unir com a instituição familiar terá mais chances de oferecer com mais qualidade o seu trabalho pedagógico. O acesso à educação formal e informal são tarefas destas duas instituições, então se elas trabalharem juntas poderão alcançar progressão e sucesso no processo ensino aprendizagem do aluno.

No momento em que as duas se unirem, muitos dos problemas enfrentados pela escola poderão ser superados. Para que isso aconteça, os pais devem participar do cotidiano escolar dos filhos, comprometendo-se com a escola, dando condições ao educando de que está sendo amparado (Oliveira, 2018).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Local da pesquisa

A presente pesquisa é de abordagem qualitativa; trata-se de uma pesquisa de campo, cujo objeto é exploratório e descritivo, uma vez que a pretensão é conhecer melhor o fenômeno estudado, além do aprofundamento no tema em questão (Gil, 2008). Para revisão bibliográfica utilizou-se artigos coletados nas bibliotecas virtuais, LILACS, GOOGLE ACADÊMICO e SCIELO, além de livros e revistas, utilizando os descritores “educação inclusiva” “educação especial” “necessidades especiais”, publicados a partir de 2010.

O lócus da pesquisa foi a Escola Municipal Clodomir Milet, localizada no município de Peri Mirim, estado do Maranhão. Os participantes foram professores e pais de alunos que apresentam necessidade educacional específica, que estão com matrículas ativas na referida instituição e aceitaram participar da pesquisa, assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, desta maneira, responderam ao questionário 6 (seis) pais e 4 (quatro) professores.

Para os aspectos éticos a referida pesquisa foi realizada mediante assinatura do TCLE conforme a Resolução nº 510/16, do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Esse termo garante que as informações sejam confidenciais e utilizadas somente na divulgação desta pesquisa. Seu objetivo é “esclarecer e proteger os participantes da pesquisa, assegurando-lhes seu bem-estar” (Silva, 2021, p. 27).

Como instrumentos de coleta de dados, foi feito uso de um questionário semiestruturado contendo 10 (dez) perguntas para os sujeitos acima estabelecidos. Trata-se de um instrumento de obtenção de informações, utilizado em um inquérito e/ou sondagem. Ademais, Marconi e Lakatos (1999) destacam que deve-se enviar uma nota ou carta explicando a natureza da pesquisa, sua importância e a necessidade de obter as respostas; o pesquisador deve despertar o interesse do receptor para que ele preencha e devolva o questionário dentro de um prazo razoável.

Para o procedimento de análise e coleta de dados, após a submissão e aprovação do Projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), foi coletado mediante questionário semiestruturado, conforme a disponibilidade dos participantes. A pesquisa aconteceu em duas

etapas: a primeira se refere à revisão de literatura sobre o tema, com o objetivo de fundamentar teoricamente a temática em foco; a segunda etapa se deu através da pesquisa de campo por meio de aplicação de questionário semiestruturado; em seguida, foram analisados os dados obtidos; e, por último a organização da redação e os resultados obtido.

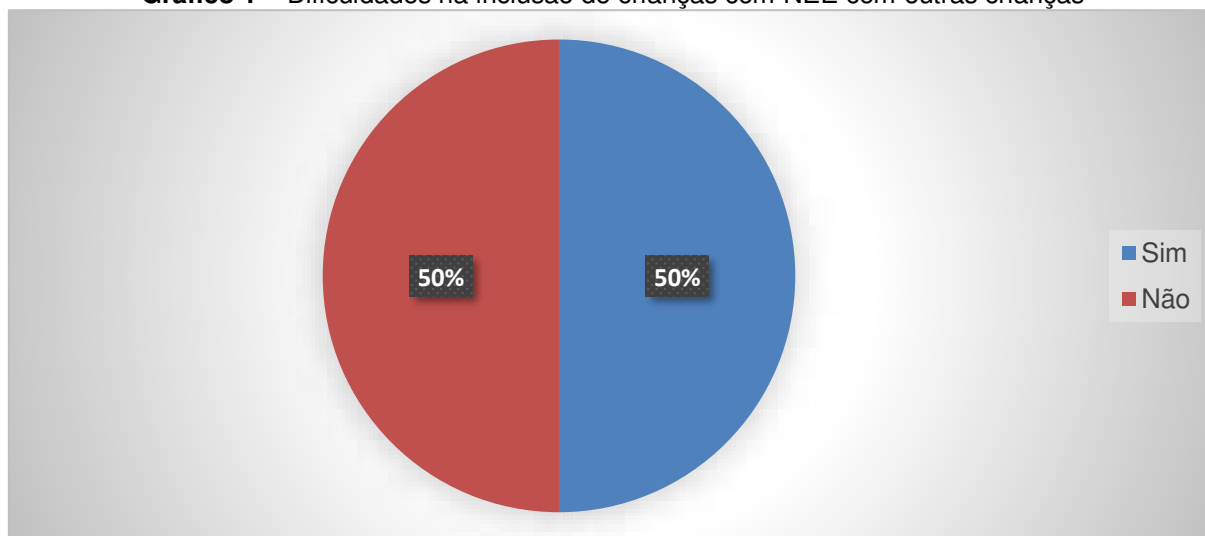
3.2 Resultados e discussão

Neste tópico foram discutidos os dados coletados na pesquisa de campo. Pelo fato de haver dois questionários, um destinados a seis (6) pais e outros a quatro (4) professores, foram abordadas primeiramente as questões relacionados aos docentes e logo após as questões destinadas aos pais.

3.2.1 Pesquisa destinada aos professores

No primeiro momento perguntou-se: Você teve dificuldade na inclusão de crianças com necessidades educacionais específicas com outras crianças?

Gráfico 1 – Dificuldades na inclusão de crianças com NEE com outras crianças



Fonte: própria da autora, 2023

É interessante notar que, dos quatro (4) professores questionados sobre a inclusão de crianças com necessidades educacionais específicas com outras crianças, 50% afirmaram ter enfrentado dificuldades e a outra metade mencionou que isso ocorre ocasionalmente.

Essas respostas refletem a complexidade do tema e a diversidade de experiências que os professores podem ter ao lidar com a inclusão em sala de aula. Um professor destacou: *“A maior dificuldade é na hora de desenvolver as tarefas com acompanhamento adequado para o aluno. Por que o professor fica sobre carregado*

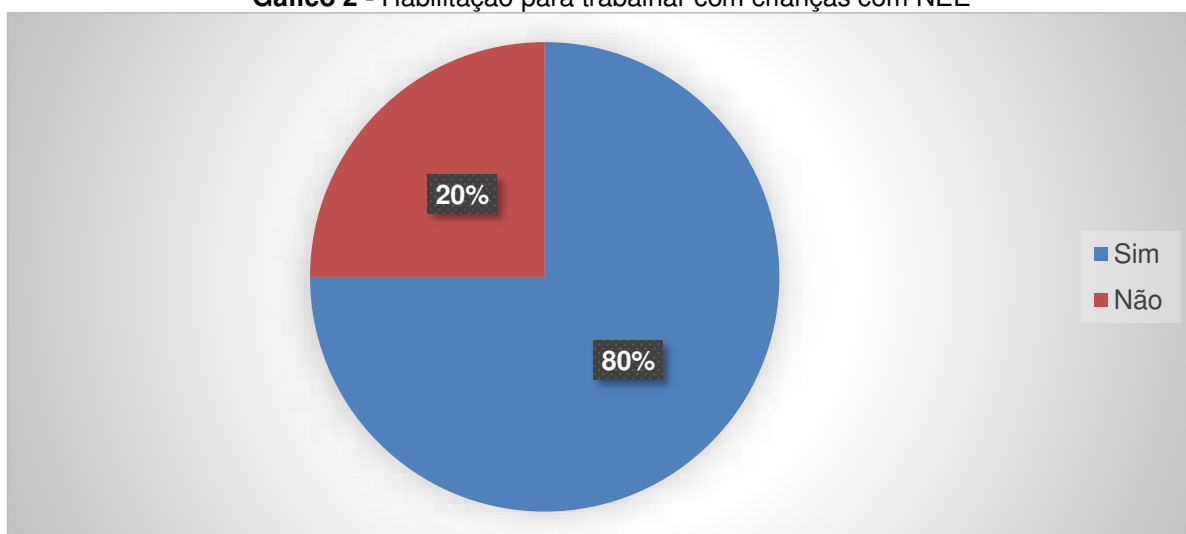
para dá atenção necessária para o aluno.”

A inclusão de crianças com necessidades educacionais específicas é um grande desafio, pois requer adaptações pedagógicas e recursos alternativos para atender às necessidades individuais de cada aluno. A diversidade de habilidades e necessidades dentro de uma sala de aula exige uma abordagem flexível e inclusiva por parte dos professores.

Vitta et al. (2010), comentando sobre os desafios enfrentados pelos docentes na inclusão dos alunos com NEE destaca que estão relacionados à falta de capacitação especializada e suporte técnico ao trabalhar com alunos integrados em turmas regulares. Entre as recomendações destaca-se: a necessidade de uma equipe multidisciplinar para orientação, formação contínua, infraestrutura adequada e recursos pedagógicos apropriados, além disso, ressalta a relevância do apoio da família e da comunidade.

Com isso achou-se pertinente averiguar: Sua formação lhe habilita a trabalhar com crianças com necessidades educacionais específicas?

Gáfcico 2 - Habilitação para trabalhar com crianças com NEE



Fonte: própria da autora, 2023

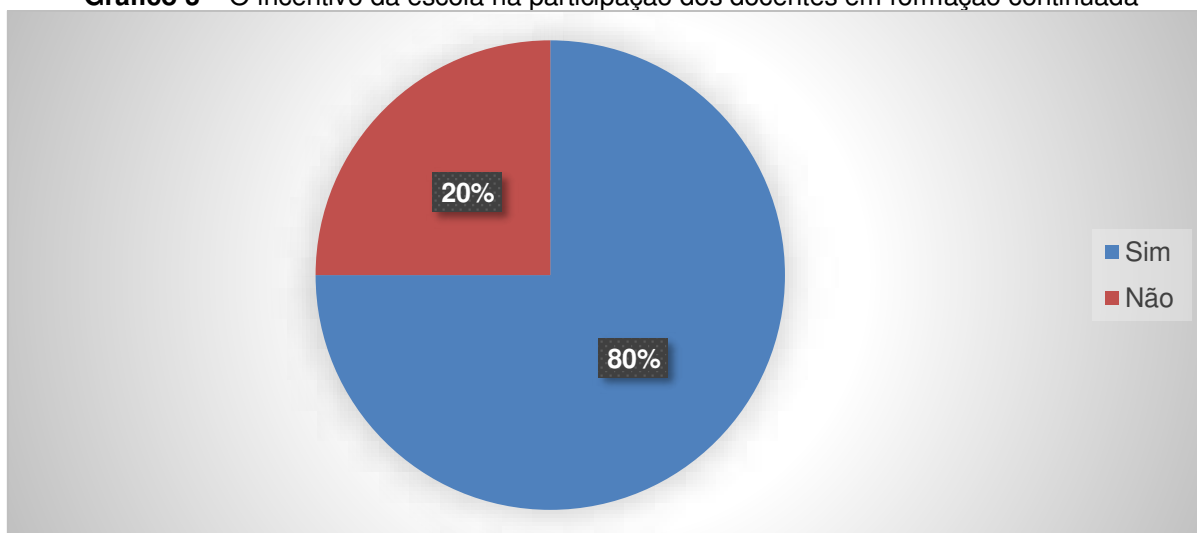
A partir do gráfico acima se observa que 80% dos professores responderam que possuem formação na área, entretanto, nota-se que os professores têm graduação em pedagogia e em outras áreas, porém, apenas um professor respondeu que possui o curso de LIBRAS.

Para Silva (2014) a escola precisa de professores que possuam habilidades para trabalhar com as NEE, e é por isso que é importante que o corpo docente receba formação contínua na área de Educação Especial. Essa formação contínua

permite que os professores adquiram conhecimentos para trabalhar em equipe, planejar, intervir (utilizando materiais diversos para apoiar a prática pedagógica, incluindo o uso de tecnologias de informação e comunicação) e colaborar com o professor de educação especial, pais e demais envolvidos. Possivelmente os professores da educação especial possuem melhor preparo para a implementação de uma escola inclusiva e estão mais conscientizados e profissionalmente capacitados para trabalhar com alunos que possuem NEE.

Em outro momento, perguntou-se: A escola que você trabalha incentiva à participação dos docentes em cursos de formação continuada relacionadas aos discentes com necessidades educacionais específicas?

Gráfico 3 – O incentivo da escola na participação dos docentes em formação continuada



Fonte: própria da autora, 2023

Observa-se que 80% dos professores disseram sim, isso é um aspecto positivo, tal dado demonstra que a instituição valoriza o desenvolvimento profissional de seus docentes e está comprometida em proporcionar um ambiente inclusivo e preparado para atender às necessidades diversificadas dos alunos.

A formação continuada é uma estratégia essencial para aprimorar a prática pedagógica e adquirir novas habilidades, especialmente no que se refere aos alunos com necessidades educacionais específicas, onde cada aluno pode apresentar desafios peculiares. Ao incentivar os professores a participarem de cursos sobre temáticas que abordem a diversidade e as necessidades específicas dos discentes, a escola está investindo em uma educação mais inclusiva e de qualidade.

Espera-se que essa atitude da escola possa refletir positivamente no ambiente de aprendizagem, por poder criar um espaço acolhedor e enriquecedor

para todos os estudantes, independentemente de suas características individuais. Além disso, ao investir na formação dos docentes, a escola está promovendo um compromisso com o desenvolvimento profissional contínuo, o que contribui para uma educação mais atualizada e eficaz.

Desta forma, Ferreira (2018) destaca que a formação continuada é essencial para que os professores se atualizem e adquiram conhecimentos e habilidades necessários para lidar com as demandas específicas desses alunos. A participação em cursos de formação continuada oferece aos professores a oportunidade de aprender sobre estratégias de ensino diferenciadas, recursos pedagógicos adaptados, métodos de avaliação inclusivos e abordagens eficazes para promover a inclusão na sala de aula. Essa formação contínua também pode ajudar esses professores a se manterem atualizados com relação às leis, políticas e diretrizes relacionadas à educação especial.

Já que segundo a pergunta anterior as maiores dos professores afirmam que a escola incentiva à formação docente, foi questionado se esta instituição oferece acessibilidade, inclusão e permanência de alunos com necessidades específicas, vejamos o resultado a seguir:

A escola que você trabalha oferece acessibilidade à inclusão de alunos com necessidades educacionais específicas?

É preocupante saber que todos os professores relataram que a escola em que trabalham não oferece acessibilidade adequada para alunos com necessidades educacionais específicas. Isso sugere que a instituição pode estar enfrentando dificuldades significativas em garantir a igualdade de oportunidades e o apoio necessário para atender às necessidades diversificadas de seus alunos.

A falta de acessibilidade é algo recorrente, principalmente, em escolas interioranas como é o caso da escola tratada neste estudo, desta forma, é fundamental que este estabelecimento de ensino busque soluções para melhorar a situação e cumprir o compromisso de proporcionar uma educação inclusiva e acessível a todos os alunos. Isso pode envolver a busca por recursos adicionais, a formação de professores em práticas pedagógicas inclusivas, o envolvimento de profissionais especializados e a sensibilização de toda a comunidade escolar para a importância da diversidade e inclusão.

A exclusão pode levar ao isolamento dos alunos com NEE específicas,

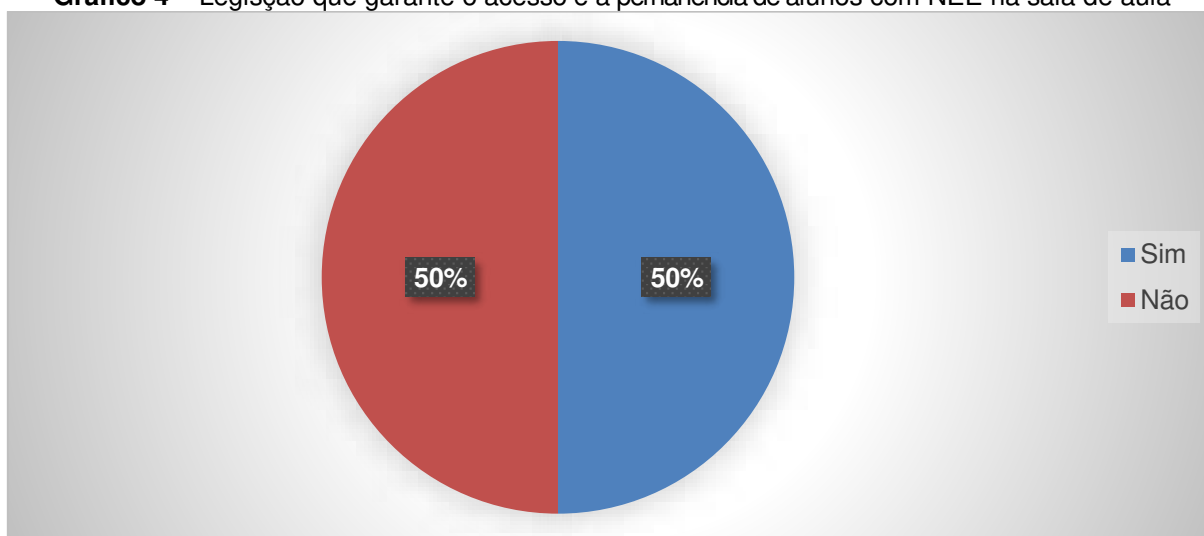
diminuindo sua autoestima e autoconfiança, além de limitar seu acesso a oportunidades de aprendizado e desenvolvimento integral. A ausência de um ambiente que não promova a permanência dos alunos com necessidades educacionais específicas pode levar ao abandono escolar, prejudicando suas trajetórias acadêmicas e futuras oportunidades de emprego e realização pessoal e profissional.

A construção de uma escola verdadeiramente inclusiva é um processo contínuo, que requer esforço, dedicação e colaboração de todos os envolvidos. É essencial que a escola esteja comprometida em criar um ambiente acolhedor e adaptado às necessidades de todos os alunos, garantindo que cada um tenha a oportunidade de florescer e desenvolver todo o seu potencial.

Para Nogueira, Maia e Farias (2015), na criação de novos estabelecimentos educacionais, é de suma importância dar prioridade às questões relacionadas à acessibilidade desde o início do processo de planejamento. No caso de escolas já existentes, é essencial que sejam submetidas a reformas e adaptações para reestruturar os ambientes, possibilitando a acessibilidade e, por conseguinte, viabilizando a inclusão educacional.

A integração dos alunos com deficiência ao ambiente escolar está intimamente relacionada à acessibilidade, uma vez que proporcionar condições de inclusão social demanda uma infraestrutura arquitetônica adequada para acomodá-los. Desta forma, compreende-se uma interdependência entre acessibilidade e inclusão, por observar que no contexto atual, em que há uma crescente ênfase na promoção da educação inclusiva, a temática da acessibilidade ganha considerável destaque, visto que a interligação entre acessibilidade e inclusão é indissociável.

No gráfico a seguir questiona-se: Você conhece a legislação que garante o acesso e a permanência de alunos com necessidades específicas na sala de aula?

Gráfico 4 – Legislação que garante o acesso e a permanência de alunos com NEE na sala de aula

Fonte: própria da autora, 2023

É pertinente saber que metade dos professores (50%) afirmou conhecer a legislação que garante o acesso e a permanência de alunos com necessidades específicas na sala de aula. Esse conhecimento é fundamental para que os educadores estejam cientes de seus deveres e responsabilidades em proporcionar uma educação inclusiva e igualitária a todos os alunos, independentemente de suas habilidades ou características individuais.

Ao conhecer e compreender a legislação, os professores estarão mais aptos para implementar práticas inclusivas em suas salas de aula e garantir que as necessidades individuais dos alunos sejam atendidas de forma adequada. Isso pode incluir a adaptação de materiais didáticos, a utilização de estratégias didático-pedagógicas diferenciadas e o fornecimento de suporte educacional especializado.

O conhecimento da legislação também é essencial para que os professores possam colaborar com outros profissionais da área da educação, como coordenadores pedagógicos, psicólogos e profissionais de educação especial, a fim de garantir uma abordagem integrada e eficaz para atender às necessidades dos alunos com diversidade.

Segundo Ferreira e Torres (2020), quando um indivíduo adquire compreensão sobre seus direitos e obrigações, ele se transforma em um membro ativo da comunidade. É essencial que esse cidadão possua um entendimento teórico sobre a estrutura do Estado e esteja ciente dos direitos e proteções estabelecidos pela Constituição Federal Brasileira (1988) tanto para os indivíduos quanto a sociedade como um todo.

É um desafio para você trabalhar com alunos com necessidades específicas na sala de aula?

O fato de todos os professores afirmarem que é um desafio trabalhar com alunos com necessidades específicas na sala regular é uma resposta bastante verossímil. Trabalhar com alunos que têm NEE na sala de aula regular pode ser provocante, mas é algo que traz oportunidades valiosas para o crescimento pessoal e profissional dos educadores e também para o desenvolvimento de todos os alunos envolvidos.

O trabalho com esses alunos requer uma abordagem pedagógica diferenciada, com estratégias e adaptações específicas para atender às suas necessidades individuais. Cada aluno é único e as demandas variam de acordo com o seu universo particular, o que pode exigir dos professores uma maior flexibilidade e criatividade em suas práticas de ensino. Além disso, ao trabalhar, os professores podem aprender novas abordagens pedagógicas e desenvolver habilidades que podem beneficiar a todos os alunos da sala de aula. A inclusão pode enriquecer o ambiente de aprendizagem, estimulando a colaboração, a compreensão mútua e a valorização da diversidade.

Silva (2014) enfatiza que a formação do professor é fundamental para o processo de ensino e, em última análise, para a consistência dos valores transmitidos pela escola. É essencial preparar os professores para reconhecer e acolher as diferenças individuais dos alunos com NEE, para que não tenham receio ou preconceitos. Por isso, é urgente reformular a formação inicial dos professores, oferecendo-lhes cursos educacionais inovadores e modelos pedagógicos experimentais. Essa abordagem visa capacitar os educadores a lidarem de forma efetiva com a diversidade dos alunos e a adotarem práticas pedagógicas inclusivas.

A atuação pedagógica é um procedimento que envolve exploração, estudo e resolução de problemas, o que frequentemente conduz os educadores a se depararem com diversos obstáculos. Tais desafios devem ser abordados a fim de transpor as barreiras existentes, o que requer dos professores a exploração de novas estratégias. Isso implica em identificar as potencialidades individuais de cada aluno, visando encontrar maneiras de promover o aprendizado colaborativo e estimular a superação de seus próprios limites.

Diante dessa demanda, é incumbência do professor estruturar seu plano de ensino e recorrer a recursos como filmes, jogos, músicas, construção de maquetes,

uso de mapas, atividades de desenho, bem como outras alternativas viáveis, a fim de garantir que todos os estudantes tenham igual acesso às oportunidades no ambiente da sala de aula (Rocha, 2017).

Para continuar com o objetivo de compreender a concepção dos professores sobre as dificuldades presentes em sala de aula, apresenta-se a pergunta a seguir:

Você observa em sua sala de aula dificuldades na convivência das crianças com necessidades específicas com os demais alunos?

Nota-se que todos observam que há um grande desafios na integração dessas crianças com o restante do grupo, o que pode afetar a dinâmica e o ambiente escolar. A convivência e a interação social são aspectos essenciais do ambiente escolar, nos quais as crianças têm a oportunidade de desenvolver habilidades sociais, empatia e respeito mútuo. No entanto, as dificuldades na convivência das crianças com necessidades específicas podem surgir devido à falta de compreensão, estereótipos ou barreiras de comunicação.

As dificuldades ressaltam a importância de implementar estratégias de inclusão que promovam a compreensão, a aceitação e a valorização da diversidade na sala de aula. É fundamental proporcionar um ambiente inclusivo, onde todas as crianças sejam respeitadas e tenham a oportunidade de se envolverem plenamente nas atividades escolares.

Na atuação com estudantes que possuam NEE, não se estabelecem métodos fixos, no entanto, é incumbência do educador extrair o potencial máximo de cada um. Cabe a ele conhecer individualmente os alunos, pois possibilita assim, um auxílio direcionado para otimizar seu desenvolvimento individual, dada a diversidade de deficiências e os níveis distintos de desafios que elas apresentam.

É relevante também enfatizar que a acolhida e a interação com os colegas desempenham um papel crucial na jornada desses estudantes. Uma abordagem escolar democrática contribui para facilitar o trabalho da equipe pedagógica, beneficiando, em última instância, o progresso do aluno (Almeida; Montino, 2021).

A questão a seguir questiona-se se há busca por propostas pedagógicas que almejam atender as crianças de acordo com as suas necessidades educacionais específicas.

Em sala de aula você busca propostas pedagógicas diferenciadas para atender todas as crianças de acordo com as suas necessidades educacionais específicas?

É relevante saber que todos os docentes afirmaram buscar propostas pedagógicas diferenciadas para atender todas as crianças de acordo com suas necessidades educacionais específicas. Esta resposta demonstra um compromisso significativo com a educação inclusiva e uma compreensão da importância de atender às necessidades individuais de cada aluno para garantir seu pleno desenvolvimento e aprendizado.

A busca por propostas pedagógicas diferenciadas é essencial para que todos os estudantes tenham igualdade de oportunidades de aprendizado e possam se engajar em suas atividades escolares. Cada aluno é único, com habilidades, interesses e ritmos de aprendizagens distintos, e a abordagem pedagógica deve ser flexível o suficiente para acomodar essas diferenças.

Ao adotar uma abordagem diferenciada, os professores podem identificar as necessidades específicas de cada aluno e adaptar as estratégias de ensino, os recursos e as atividades para melhor atender a cada um. Isso inclui considerar fatores como o estilo de aprendizado, a linguagem utilizada, as habilidades cognitivas, a presença de deficiências ou outras necessidades especiais.

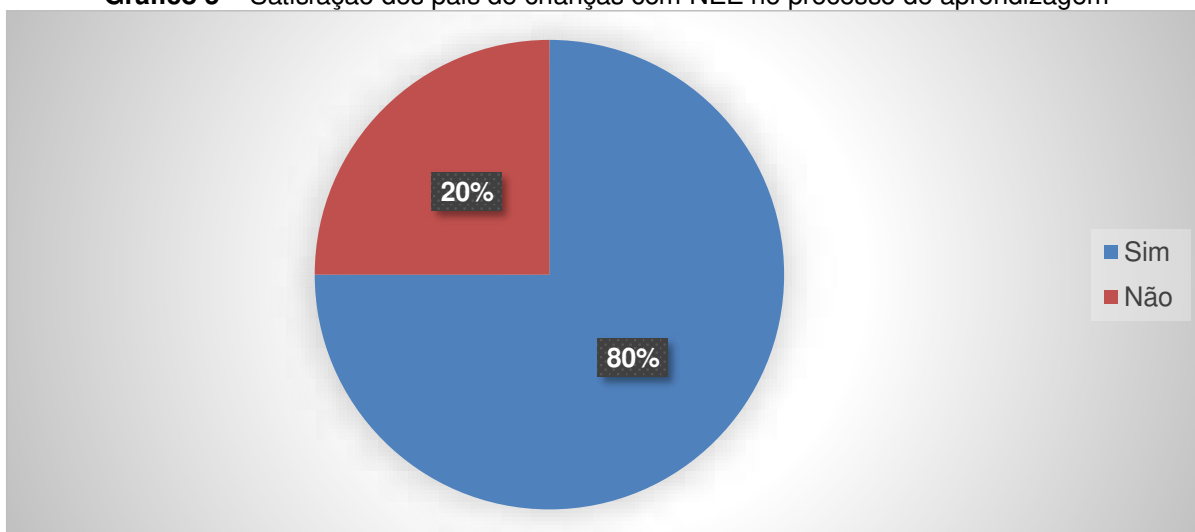
Além disso, a abordagem pedagógica diferenciada também pode enriquecer a experiência de aprendizado de todos os alunos, independentemente de possuírem ou não necessidades educacionais específicas. Ao adotar diferentes métodos de ensino e oferecer uma variedade de recursos, os professores criam um ambiente mais inclusivo e motivador, onde cada criança possa se sentir valorizada e apoiada em sua jornada educacional.

A educação continuada representa uma oportunidade para a formulação de uma nova abordagem inclusiva, uma vez que concede aos profissionais a capacidade de repensar a prática educativa e examinar o desempenho docente, com o propósito de estabelecer espaços para reflexão em grupo e respeitar o princípio da aceitação das diferenças, com uma valorização mútua. Para alcançar os objetivos do processo de inclusão, é necessário efetuar alterações nesse procedimento no ambiente escolar, às quais se concretizam por meio de uma análise comprometida e responsável dos envolvidos em relação à realidade inclusiva (Rocha, 2017).

Na pergunta a seguir questiona-se: Você acha que os pais das crianças com

necessidades educacionais específicas matriculados na escola Clodomir Milet, estão satisfeitos no processo de ensino aprendizagem de seus filhos?

Gráfico 5 – Satisfação dos pais de crianças com NEE no processo de aprendizagem



Fonte: própria da autora, 2023

O fato de 75% dos professores acreditarem que os pais das crianças com necessidades educacionais específicas matriculadas na escola não estão satisfeitos com o processo de ensino e aprendizagem de seus filhos, mostra-se como uma preocupação que merece reflexão para poder intervir. A satisfação dos pais é um indicador importante da qualidade da educação e do ambiente escolar. Quando os pais não estão satisfeitos com o progresso ou com o apoio oferecido a seus filhos com necessidades educacionais específicas, isso pode ser um sinal de que há desafios a serem superados no contexto da educação inclusiva e da atenção individualizada que seus filhos requerem.

Para abordar essa questão, é essencial que a escola promova um diálogo aberto e transparente com os pais, busque entender suas preocupações e expectativas. É importante ouvir suas opiniões e trabalhar em parceria para encontrar soluções que atendam às necessidades dos alunos.

A busca por melhorias no processo de ensino e aprendizagem dos alunos com necessidades específicas deve ser uma prioridade constante da escola. Uma educação inclusiva e de qualidade é fundamental para garantir que todos os alunos tenham igualdade de oportunidades e se sintam valorizados e apoiados em sua jornada educacional. Trabalhar em conjunto com os pais e toda a comunidade escolar é essencial para alcançar esse objetivo e criar um ambiente educacional verdadeiramente inclusivo e satisfatório para todos.

Para Oliveira (2018), a família e a escola são consideradas pilares essenciais na vida humana, pois servem como referências fundamentais na vida de qualquer pessoa. Quanto mais sólida for a colaboração entre esses dois elementos, por promoção de participação mútua, mais fácil se torna a resolução dos desafios que possam prejudicar o progresso do ensino e da aprendizagem.

No ambiente escolar, a presença da família se revela como um importante apoio na busca pela aprendizagem. Nesse sentido, a interação direta com os responsáveis, a disponibilização de informações, a realização de encontros e a apresentação de práticas pedagógicas que familiarizem a sua participação se tornam elementos fundamentais na progressão de aprendizagem e na vida futura dos educandos.

3.2.2 Pesquisa destinada aos pais

Conforme o propósito do estudo, os pais dos alunos com necessidades educacionais específicas tiveram participação na pesquisa, desta forma, a seguir serão analisadas e discutidas as respostas obtidas. Primeiramente foi questionado sobre o processo de matrícula na escola em análise como mostram os resultados que seguem:

Você teve dificuldade em matricular seu filho na escola Municipal Clodomir Milet?

É um dado positivo saber que todos os pais não tiveram dificuldades em matricular seus filhos escola. Isso é um indicativo relevante, pois, embora a escola possua dificuldades quanto à acessibilidade física dos alunos com necessidades específicas (como observado na pergunta acima), ela não dificulta a matrícula de tais alunos.

A facilidade no processo de matrícula é um fator importante na promoção da inclusão educacional. Quando as famílias encontram uma escola que acolhe seus filhos de forma inclusiva, isso proporciona um ambiente acolhedor e confiável para o desenvolvimento educacional de suas crianças.

Uma matrícula sem dificuldades é essencial, pois o processo pode ser estressante para as famílias, especialmente quando estas buscam uma escola que compreenda as necessidades de seus filhos e ofereça arrimo adequado. Tais respostas também podem indicar que a escola está comprometida em cumprir sua missão de oferecer uma educação inclusiva, por valorizar a diversidade e respeito

às necessidades individuais de cada aluno.

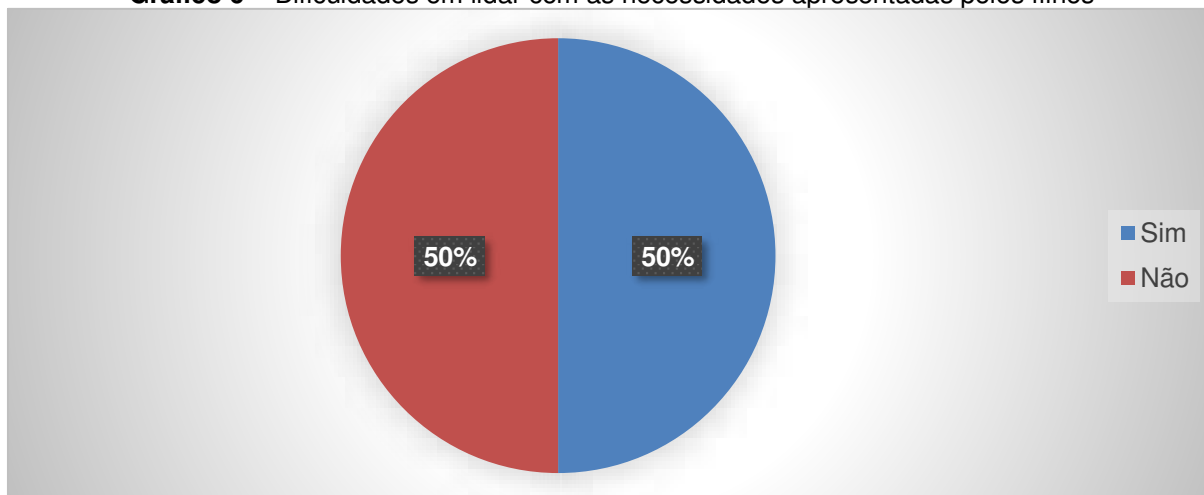
No entanto, é importante que a escola continue a trabalhar para manter e aprimorar esse ambiente inclusivo. Isso pode incluir o desenvolvimento de programas de formação contínua para professores e funcionários, a atualização das práticas pedagógicas e a disponibilização de recursos e apoios necessários para atender às necessidades educacionais de cada aluno.

A escola deve ser concebida como um ambiente inclusivo, destinado a acolher todas as pessoas que necessitam desse apoio. Dentro desse espaço, a matrícula não é apenas um procedimento burocrático; ela envolve a disponibilização do suporte necessário para crianças, adolescentes e adultos.

No presente momento, as instituições escolares devem buscar maneiras de proporcionar uma educação de qualidade para alunos com deficiência. Isso implica em deixar para trás antigas práticas de exclusão, uma vez que a existência de escolas exclusivas para pessoas com deficiência já não é mais aceitável, uma vez que esses indivíduos têm o mesmo direito que os demais alunos (Almeida; Montino, 2021).

A fim de compreender sobre a convivência dos pais com seus filhos com necessidades especiais, perguntou-se: Você encontra dificuldades no dia a dia para lidar com a necessidade que seu filho apresenta?

Gráfico 6 – Dificuldades em lidar com as necessidades apresentadas pelos filhos



Fonte: própria da autora, 2023

Este dado demonstra uma diversidade de percepções e experiências em relação ao cuidado e apoio necessários para atender às necessidades específicas de seus filhos. 50% dos participantes não sentem dificuldades em lidar com as necessidades de seus filhos. Isso pode indicar que eles se sentem confiantes em suas habilidades de cuidar, apoiar e compreender as particularidades de seus filhos.

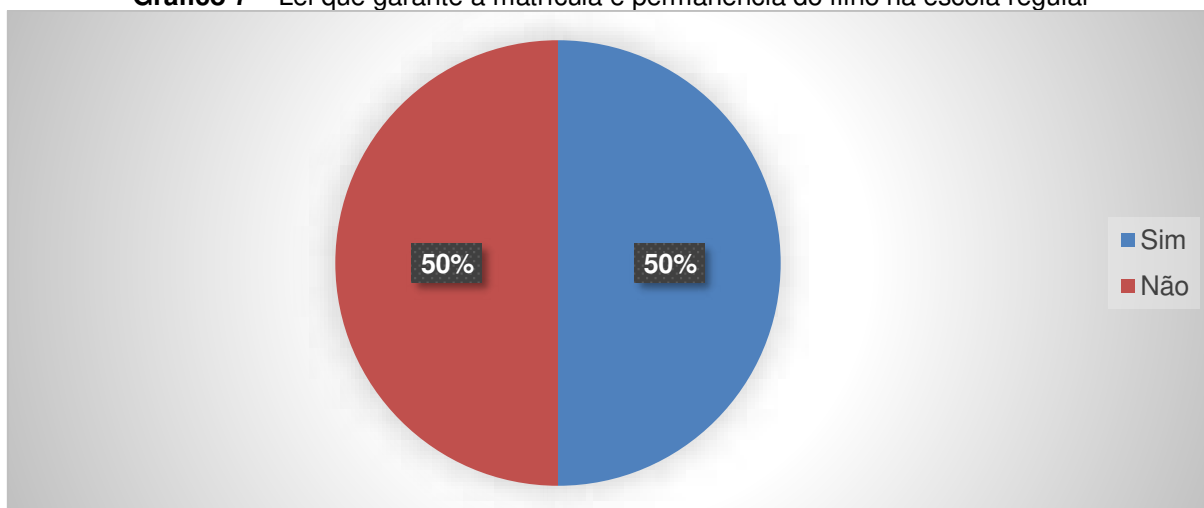
No entanto, é importante reconhecer que metade dos pais expressaram encontrar dificuldades no cotidiano.

Essas dificuldades podem estar relacionadas a fatores, como locomoção, comunicação, falta de informações ou orientações sobre como lidar com as necessidades específicas de seus filhos entre outros, nesta perspectiva um pai relatou: *“pelo fato de minha filha ter paralisia cerebral, ...ela não se movimenta nem fala a dificuldade é grande”*. Esses aspectos podem impactar o bem-estar dos pais e a qualidade de apoio que conseguem fornecer aos seus filhos, Silva (2022) acrescenta que quando nasce uma criança com necessidades especiais surgem diversos desafios e medos que dificultam, chegando a casos dos pais não aceitarem a situação, causando transtornos a si próprio e à criança.

Para Wieczorkiewicz e Baade (2020) a primeira instituição é a família, é aqui que a criança é gerada, nasce, se desenvolve, cresce e constrói uma vida com autonomia. Além disso, é no seio familiar que o indivíduo inicia suas primeiras experiências de interação, às quais são essenciais para um ambiente familiar agradável, que possa proporcionar-lhe um clima de estabilidade, favorecido por um ambiente harmonioso e agradável de desenvolvimento.

Você tem conhecimento de alguma lei que garante a matrícula e permanência do seu filho na escola regular? Esta foi outra pergunta que compôs o rol de questionamentos.

Gráfico 7 – Lei que garante a matrícula e permanência do filho na escola regular



Fonte: própria da autora, 2023

O fato de 50% dos pais afirmarem ter conhecimento de uma lei que garante a matrícula e permanência de seus filhos na escola é um dado relevante. Isso subentende que, pelo menos uma parcela significativa das pessoas está ciente dos

direitos fundamentais relacionados à educação e reconhece a importância da garantia de acesso e permanência na escola para seus filhos.

O acesso à educação é um direito fundamental de todas as pessoas, e é através dela que todas têm a oportunidade de desenvolver seus potenciais, adquirir conhecimentos e habilidades e se preparar para enfrentar os desafios da vida em sociedade. A existência de leis que assegurem a matrícula e permanência na escola é essencial para garantir que esse direito seja efetivamente respeitado e cumprido.

No entanto, é importante lembrar que garantir o acesso à educação não se limita apenas à existência de leis, mas também envolve ações concretas dos governos e da sociedade em geral. É essencial que as escolas sejam de qualidade, com professores capacitados e valorizados, que haja estrutura adequada e que as políticas públicas estejam voltadas para a promoção da educação inclusiva.

É fundamental que a sociedade e a escola continuem a promover a conscientização sobre os direitos à educação e a lutar por políticas educacionais que garantam o acesso e permanência de todos os indivíduos na escola, independentemente de sua origem socioeconômica, raça, etnia ou qualquer outra condição.

Para Oliveira (2018), para que os direitos previstos em leis sejam assegurados, a escola e a família devem trabalhar em conjunto, buscando envolver a comunidade onde estão inseridas e o poder público, para que os direitos delegados às pessoas sejam cumpridos e respeitados.

Você acha que a escola tem acessibilidade para receber seu filho?

O fato de todos os pais terem afirmado que a escola não tem acessibilidade para receber seus filhos é uma questão muito preocupante. A acessibilidade na educação é um direito fundamental de todos os seres humanos, independentemente de suas habilidades ou condições específicas. A falta de acessibilidade nas escolas pode representar uma barreira no processo de inclusão e participação dos estudantes com deficiência ou mobilidade reduzida.

Este direito nas escolas não se limita apenas a rampas e adaptações físicas para garantir a entrada e circulação adequadas dos alunos com deficiência, mas também inclui a disponibilidade de recursos educacionais e pedagógicos adaptados, a formação de professores para atender às necessidades individuais e coletivas, a promoção de um ambiente inclusivo e respeitoso e o envolvimento ativo das

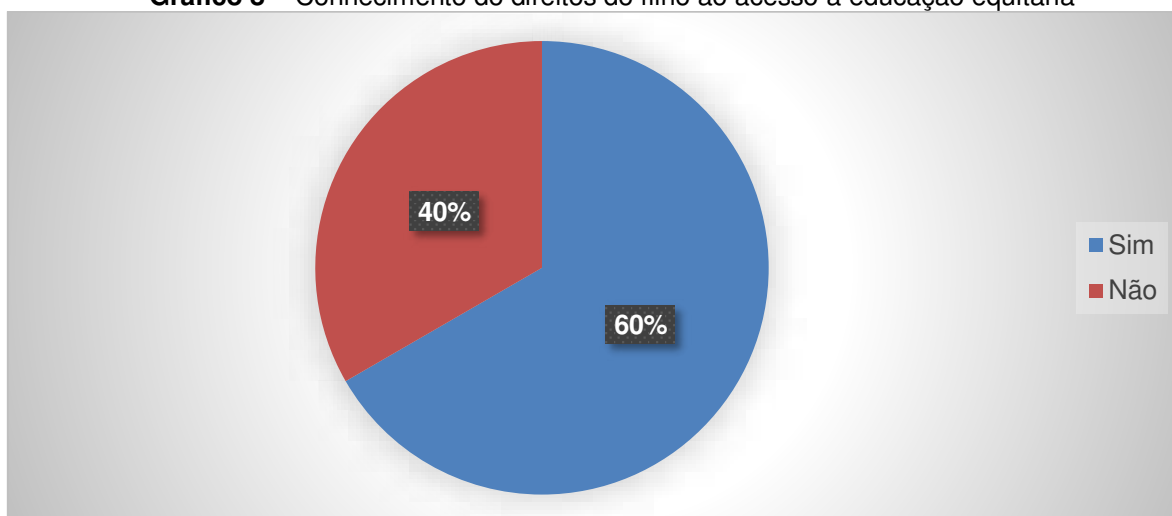
famílias.

A falta de acessibilidade nas escolas pode levar ao isolamento, à exclusão e a oportunidades educacionais limitadas para os alunos com deficiência, o que é completamente inaceitável em uma sociedade que busca ser inclusiva, igualitária e equitária. É fundamental que as escolas, os governos e a sociedade como um todo assumam a responsabilidade de garantir a acessibilidade na educação.

Isso requer a implementação de políticas e medidas concretas para eliminar as barreiras físicas e pedagógicas que impedem o pleno acesso e participação de todos os estudantes. Além disso, é importante envolver os pais e os próprios alunos com deficiência na discussão e no planejamento das estratégias de acessibilidade.

De acordo com Nogueira, Maia e Farias (2015), devido à ausência de acessibilidade, muitas pessoas com deficiência acabam sendo excluídas do acesso à educação, mesmo quando demonstram interesse em adquirir conhecimento. Além disso, é frequente ocorrer segregação por parte das instituições que alegam não estar aptas a receber indivíduos com mobilidade reduzida, seja pela carência de profissionais capacitados ou pela falta de uma estrutura adequada. Essa situação muitas vezes, é resultante da falta de investimento, e esse dado acarreta um impacto negativo no processo de aprendizagem dessas pessoas.

No segmento das perguntas/respostas, teve-se: Você tem conhecimento dos direitos do seu filho ao acesso da educação com equidade?

Gráfico 8 – Conhecimento do direitos do filho ao acesso à educação equitária

Fonte: própria da autora, 2023

É encorajador ver que 60% dos pais afirmaram ter conhecimento dos direitos de seus filhos ao acesso à educação com equidade. Isso demonstra que esses pais estão conscientes da importância de garantir que seus filhos tenham acesso igualitário a oportunidades educacionais, independentemente de quaisquer situações que possam tolher esse acesso.

A equidade na educação é um princípio fundamental que busca assegurar que todos os estudantes tenham as mesmas oportunidades para desenvolver seus talentos e habilidades, e para alcançar o sucesso acadêmico. Isso implica em eliminar barreiras e desigualdades que possam existir no sistema educacional para garantir recursos adequados para aqueles que mais necessitam de uma abordagem individualizada que atenda às necessidades específicas de cada estudante.

Os pais que conhecem os direitos de seus filhos ao acesso à educação com equidade são importantes agentes de mudança, pois estão cientes dos desafios que podem existir no sistema educacional e podem atuar de forma proativa para garantir que esses direitos sejam respeitados e cumpridos.

No entanto, é fundamental que a conscientização sobre a equidade na educação seja disseminada de forma ampla, para que todos os pais e membros da comunidade educacional estejam informados sobre os direitos e as melhores práticas para promover a inclusão e a justiça educacional.

Além disso, é importante que as autoridades educacionais e os gestores das escolas também assumam um compromisso em garantir a equidade na educação, implementando políticas e práticas que assegurem que nenhum estudante seja deixado para trás e que todos tenham a oportunidade de atingir seu pleno potencial.

Garantir o acesso à educação com equidade não é apenas um direito humano fundamental, mas também investimento na construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e próspera. É responsabilidade de todos o trabalho conjunto para criar um sistema educacional que ofereça igualdade de oportunidades para todas as crianças e jovens.

Conforme Jacomeli (2019), alcançar a equidade na escola inclusiva é um obstáculo que requer a reavaliação de diversos elementos, pois abrange desde a administração até o trabalho pedagógico que é desenvolvido nas escolas. As escolas de ensino regular devem garantir a disponibilidade de vagas e a inscrição de todos os estudantes, organizando-se de maneira a oferecer atendimento equitativo aos alunos com necessidades educacionais especiais, garantindo-lhes as condições essenciais para sua permanência e aprendizado.

No que tange à pergunta: Você acha que os professores estão preparados para educar seu filho na rede regular de ensino de forma igualitária, com os demais alunos? Obteve-se o seguinte resultado:

Gráfico 9 – Preparação dos professores para educar alunos



Fonte: própria da autora, 2023

Observa-se no gráfico 9 que 90% dos pais responderam que não acreditam que os professores estejam preparados para educar seus filhos na rede regular de ensino de forma igualitária e isso é uma preocupação expressiva. Esta resposta indica que os pais têm dúvidas sobre a capacidade dos educadores em proporcionar uma educação inclusiva, garantindo que seus filhos sejam tratados com os mesmos direitos e oportunidades que os demais alunos.

A educação inclusiva é um princípio fundamental que busca garantir que

todos os estudantes tenham acesso igualitário à educação e sejam atendidos de acordo com suas necessidades individuais. Os professores desempenham um papel notável na concretização dessa visão, pois são os responsáveis diretos por proporcionar um ambiente de aprendizagem acolhedor, estimulante e inclusivo para todos os alunos.

A resposta dos pais sugere que ainda há desafios a serem enfrentados na implementação da educação inclusiva de modo efetivo. Pode ser que existam lacunas na formação e capacitação dos professores para lidar com a diversidade dos alunos, para adaptar o ensino de acordo com as necessidades individuais e para criar uma cultura escolar que valorize a inclusão como um bem de direito por garantia.

É importante que as autoridades educacionais e as escolas estejam atentas a essa preocupação dos pais e se comprometam em disponibilizar o amparo necessário aos professores para que eles possam se tornar verdadeiros agentes de inclusão e igualdade na sala de aula. Isso inclui investir na formação contínua, fornecer recursos pedagógicos adequados e promover uma cultura de inclusão que celebre a diversidade e potencialidades de cada discente.

A educação inclusiva não é apenas um direito fundamental de todos os estudantes, mas também é uma abordagem pedagógica que beneficia toda a comunidade escolar. Quando os professores estão preparados para educar alunos de forma igualitária e inclusiva, cria-se um ambiente de aprendizagem enriquecedor, onde todos os alunos tenham a oportunidade de desenvolver o seu potencial acadêmico e pessoal. É uma jornada que requer esforço conjunto, mas que, quando bem-sucedida, transforma a escola em um espaço verdadeiramente inclusivo, acolhedor e oportuno para todos os estudantes.

O envolvimento do professor na jornada educativa do aluno desempenha um papel determinante. É essencial que os educadores enfoquem nas aptidões dos estudantes, indo além das limitações apresentadas. A incorporação da educação especial no ambiente escolar encontra-se em processo de expansão, e para que isso se materialize efetivamente, é imperativo contar com a colaboração daqueles que estão na vanguarda desse movimento crescente.

Na dinâmica da sala de aula inclusiva, os objetos do conhecimento são abordados como objetos de aprendizagem, e cabe aos alunos a atribuição de significados, enquanto o professor assume o papel de facilitador para esses estudantes.

A função preponderante do educador é apoiar aqueles alunos que requerem assistência em suas tarefas. Por adotar essa abordagem, o professor consegue fornecer o respaldo necessário para o desenvolvimento dos alunos e também desempenha um papel valioso na resolução de desafios cognitivos que possam surgir (Almeida; Montino, 2021).

Você sabia que seu filho tem direito, além do professor, a um tutor para auxiliá-lo na sala de aula?

É importante ressaltar que os pais estão cientes da existência do direito de seus filhos a um tutor adicional, além do professor para auxiliá-los dentro e fora da sala de aula. Essa conscientização é um passo importante em direção a uma educação inclusiva e personalizada, que reconhece e atende às diversas necessidades de aprendizado dos alunos. A presença de um tutor pode ser profundamente positiva no ambiente educacional.

Isso é particularmente significativo para alunos que podem enfrentar desafios específicos, seja no desenvolvimento de habilidades acadêmicas, na compreensão de conceitos complexos ou na adaptação a métodos de ensino variados. Ter um tutor disponível faz toda a diferença na trajetória educacional desses estudantes, proporcionando-lhes um nível adicional de orientação.

Além disso, a colaboração entre o professor e o tutor pode enriquecer a dinâmica da sala de aula. Isso pode ocorrer ao promover uma abordagem mais personalizada para cada aluno, ajustando o ritmo de aprendizado e as estratégias de ensino de acordo com suas necessidades individuais.

A educação não é um modelo único para todos. Cada aluno tem seu próprio estilo de aprendizado e desafios únicos. A presença de um tutor pode ajudar a identificar e abordar essas diferenças, pois essa presença garante que nenhum aluno seja esquecido ou deixado de lado. No entanto, é fundamental que a implementação desse direito seja realizada de maneira eficaz. Isso envolve garantir que os tutores estejam adequadamente qualificados para atender às necessidades dos alunos, e que haja uma comunicação contínua entre os professores, tutores, pais e alunos para avaliar o progresso e fazer ajustes conforme necessário.

Em última análise, o reconhecimento do direito a um tutor na sala de aula é um passo promissor em direção a uma educação inclusiva e de qualidade. Isso mostra o compromisso dos pais em assegurar que seus filhos tenham acesso a

todas as ferramentas e apoio necessários para alcançar o sucesso acadêmico. Ao criar um ambiente de aprendizado mais adaptativo e atencioso, a escola constrói as bases para uma educação que valoriza a individualidade de cada aluno e capacita todos a atingir seu potencial máximo.

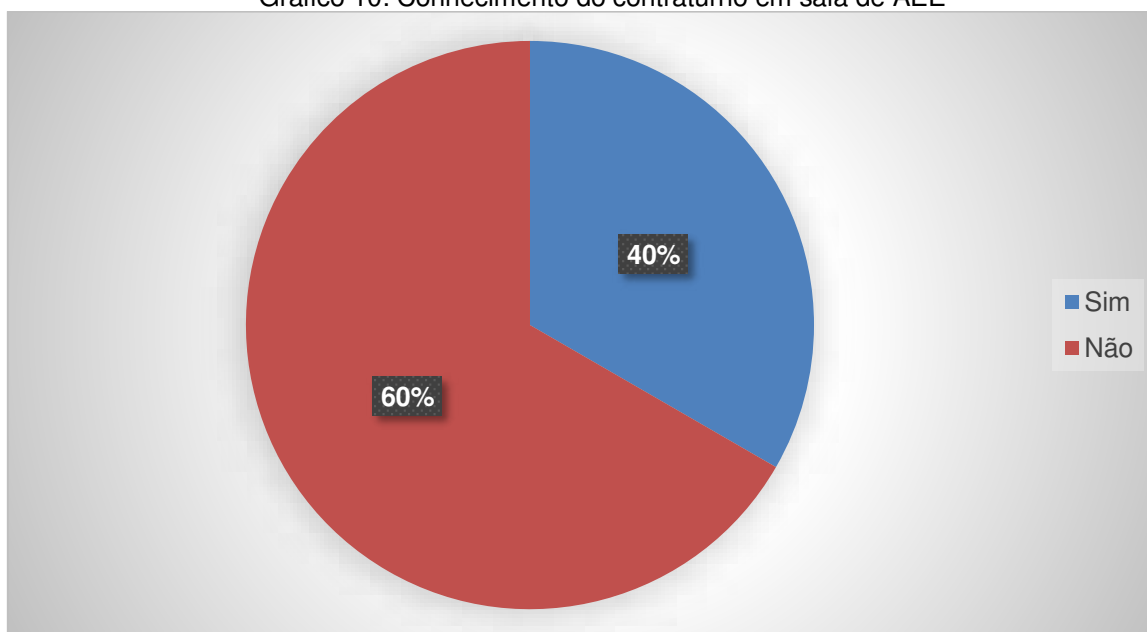
Conforme abordado por Cordeiro (2017), o papel do tutor envolve direcionar, educar e apoiar na jornada de adquirir conhecimento. Além disso, desempenha uma função significativa como avaliador, podendo trabalhar individualmente com um estudante ou com um pequeno grupo de alunos. Nessa dinâmica, o tutor enfrenta desafios para efetivamente cumprir seu papel, muitas vezes, devido à falta de conhecimento, orientação e preparação específica para essa função.

É imperativo que o tutor estabeleça conexões tanto com a escola quanto com a família, a fim de buscar estratégias que aprimorem o processo de aprendizado dos alunos e supere esses obstáculos. É substancial que haja uma assistência sólida para capacitar o tutor a desenvolver abordagens eficazes e facilitadoras da aprendizagem dos alunos, que possam contribuir para o sucesso educacional de todos os envolvidos.

Já sabendo que os pais dizem que possui conhecimento sobre o direito de seus filhos a um tutor auxiliar, no próximo gráfico de número 11 tem-se por objetivo saber se esses pais têm conhecimentos acerca do direito ao contraturno e ao atendimento educacional especializado na escola.

Outro questionamento foi: Você tem conhecimento que o seu filho, além do horário normal de ensino, tem direito a um contraturno em uma sala com atendimento educacional especializado?

Gráfico 10: Conhecimento do contraturno em sala de AEE



Fonte: própria da autora, 2023

É preocupante saber que 60% dos pais afirmaram não ter conhecimento de que seus filhos têm direito a um contraturno em uma sala com atendimento educacional especializado. Isso indica que pode haver falta de informação sobre os serviços e recursos disponíveis para atender às necessidades educacionais específicas de seus filhos.

Acredita-se, pois que o atendimento educacional especializado seja uma medida importante para garantir a inclusão e o desenvolvimento dos alunos com necessidades educacionais especiais. O contraturno em uma sala com atendimento especializado pode oferecer ajuda adicional aos estudantes, pois fornece um ambiente mais adequado para o aprendizado e desenvolvimento de suas habilidades.

É essencial que as escolas e as autoridades educacionais comuniquem de forma clara e eficaz aos pais sobre os serviços e recursos disponíveis, incluindo o atendimento educacional especializado. Isso pode ser feito por meio de reuniões com os pais, divulgação de informações por meio de materiais impressos ou digitais, por meio da comunicação contínua entre a escola e as famílias.

Além disso, é importante que as escolas façam avaliações adequadas das necessidades educacionais de cada aluno, para identificar aqueles que podem se beneficiar do atendimento especializado. A equipe escolar deve estar preparada para oferecer um ambiente acolhedor e inclusivo, onde todos os alunos se sintam estimulados em seu desenvolvimento pessoal e social.

Tal direito está garantido na Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009 no seu artigo 5º que diz:

O AEE é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios (Brasil, 2009, p.17).

O acesso ao atendimento educacional especializado é um direito de todos os alunos com necessidades específicas, e é fundamental para promover a equidade na educação. É responsabilidade de todos - escolas, autoridades educacionais, pais e comunidade - trabalhar juntos para garantir que esse direito seja respeitado e que todos os alunos tenham a oportunidade de alcançar seu pleno potencial educacional.

A escola oferece todos os recursos necessários para o aprendizado do seu filho?

Observou-se 100% dos pais acreditam que a escola não oferece recursos necessários para o desenvolvimento dos alunos com necessidades educacionais específicas. Um participante respondeu: *“Por minha filha ter paralisia cerebral, ao qual acarretou o problema de locomoção e de comunicação poucos espaços educacionais tem possibilidade de cuidá-la”*. Outro participante relatou: *“tinha que ter mais recursos para as crianças especiais mais uns tutores”*.

Observa-se que os pais, em sua grande maioria responderam que não conhece alguns direitos pertencentes a seus filhos com NEE. Com esses dados, este grupo reconhece que a escola não vem conseguindo demonstrar resultados satisfatórios quanto à aprendizagem dos seus filhos, talvez por acreditar que a instituição não possua estrutura adequada para receber estudantes com limitações de aprendizagem por falta de profissionais capacitados ou fatores de outras naturezas.

A falta de recursos adequados pode afetar negativamente o progresso acadêmico e o bem-estar emocional dos alunos. É essencial que a escola identifique e avalie as necessidades individuais de seus alunos e, em seguida, disponibilize os recursos necessários para atender às necessidades identificadas.

As divergências enfrentadas quanto aos recursos podem estar relacionados

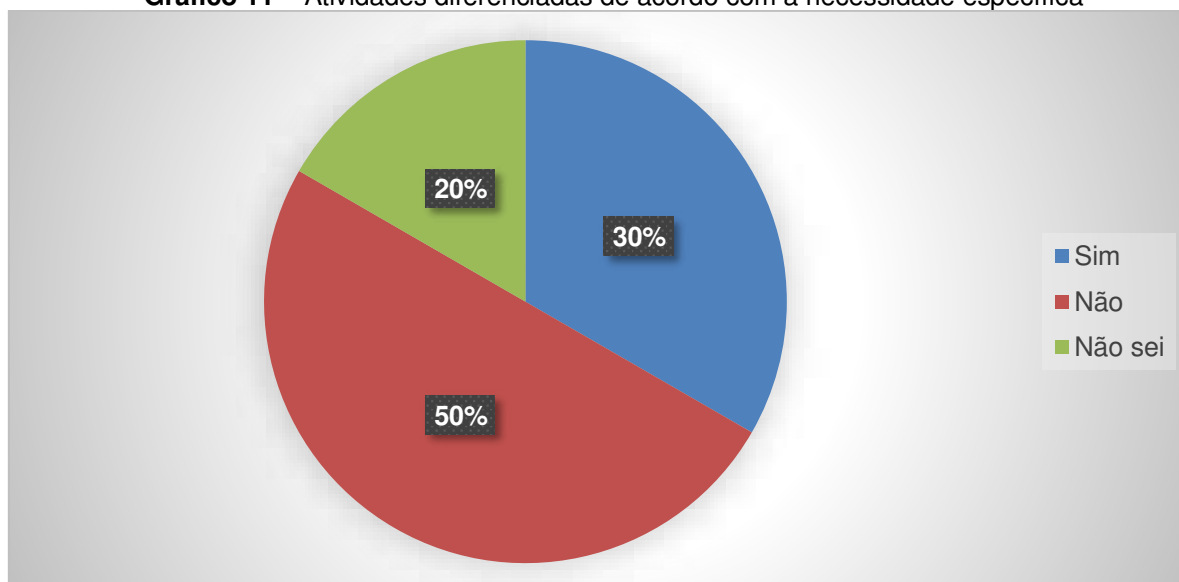
a limitações financeiras, falta de capacitação adequada dos profissionais ou falhas na organização e planejamento escolar. Nesse sentido, é fundamental que a gestão escolar e os órgãos responsáveis pela educação estejam comprometidos em fornecer os recursos necessários para uma educação inclusiva e de qualidade.

Para Franco e Gomes (2020), o êxito de uma escola que promove a inclusão também repousa em um plano curricular bem elaborado, instalações acessíveis, estrutura escolar otimizada, abordagem pedagógica voltada para atender a todos, avaliação apropriada, filosofia alinhada aos princípios da educação inclusiva e, também, em atividades extracurriculares que enriqueçam o processo evolutivo educacional.

As oportunidades de aprendizado dos estudantes devem abranger um currículo e materiais que atendam às suas habilidades e interesses, levando em consideração suas vivências como orientação. A avaliação desempenha um papel fundamental na identificação de dificuldades, pois possibilita a retomada ou intervenção necessária para superá-las.

O gráfico posterior aprofunda o questionamento anterior, quando questiona: O professor oferece atividades diferenciadas das demais crianças e de acordo com a necessidade específica do seu filho?

Gráfico 11 – Atividades diferenciadas de acordo com a necessidade específica



Fonte: própria da autora, 2023

O fato de 50% dos pais terem afirmado que o professor não oferece atividades diferenciadas de acordo com a necessidade específica de seus filhos é uma questão preocupante. Isso pode indicar que existem desafios na

implementação de práticas inclusivas na sala de aula para atender às necessidades individuais e coletivas dos alunos com diferentes habilidades e características. Para isso, é essencial que os professores estejam preparados para oferecer um ensino diferenciado, adaptado e flexível, que leve em consideração as necessidades específicas de cada aluno.

A resposta de um dos pais que disse sim e outro que disse não saber, sugere que pode haver variação na abordagem pedagógica de acordo com o professor e a escola em que o aluno está inserido. Essa diversidade de respostas pode indicar que alguns dos professores estão mais engajados e preparados para oferecer atividades diferenciadas, enquanto outros ainda podem enfrentar desafios na implementação de práticas inclusivas.

O planejamento e a elaboração de atividades pedagógicas devem levar em consideração as diferentes habilidades e necessidades dos estudantes, garantindo que todos possam se sentir incluídos e participativos no processo de aprendizagem. Além disso, a comunicação entre a escola e os pais é forçoso para garantir que as necessidades específicas dos alunos sejam identificadas e atendidas. Os pais também podem ser aliados importantes no processo de inclusão, por fornecer informações sobre seus filhos e colaborar com a escola para garantir uma educação adequada e de qualidade (Wieczorkiewicz; Baade, 2020).

Garantir atividades diferenciadas e adaptadas na sala de aula é imperioso para promover o sucesso escolar em todas as etapas ensino. É um trabalho conjunto que envolve educadores, escolas, pais e toda a comunidade educacional, que visa construir um ambiente inclusivo e enriquecedor para todos os estudantes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo geral analisar os principais fatores que desafiam os professores e pais na inserção das crianças com necessidades educacionais específicas na Escola Municipal Clodomir Milet, Peri Mirim/MA. Foi observado que a temática é bastante sensível e necessária de ser tratada, visto que, ainda há inúmeras dificuldades quanto à inserção de alunos com NEE no contexto escolar.

Foi notado que o conceito de educação inclusiva representa um desafio abrangente para os profissionais da área educacional, pois abriga indivíduos que anteriormente eram marginalizados no contexto da educação convencional. Essa realidade exige compreensão profunda e um bom planejamento para efetivamente incorporar a diversidade.

Dentro dessa perspectiva, emergem elementos cruciais que facilitam a coexistência diária na sala de aula e fomentam uma aprendizagem genuína. Nesse contexto, surge a necessidade de reconhecer a alteridade como alicerçadora do processo educativo, exigindo uma conscientização acerca das diferenças individuais e singularidades.

Esclareceu-se que é relevante a formação dos educadores para atender às necessidades específicas dos alunos. Isso, por sua vez, constitui um fator substancial que auxilia a inclusão efetiva de estudantes com deficiência nas escolas. Na contramão dessa organização, a carência de preparo impede o avanço das práticas pedagógicas necessárias para uma educação inclusiva.

Ao ponderar as discussões mencionadas, tornou-se claro que a educação especial, a inclusão escolar e a interação social são elementos cruciais para uma integração bem-sucedida de alunos com deficiência. Educadores precisam estar dispostos a reavaliar suas abordagens, valorizar as capacidades individuais dos alunos, identificar as necessidades específicas e desenvolver estratégias adaptativas para atendê-los. Essa postura contribui diretamente para o processo de tomada de decisão dos educandos.

A importância da família como parceira ativa e colaboradora na educação especial foi observada. A família deve promover a interação social e acompanhar o desenvolvimento educacional com atenção e envolvimento. Paralelamente, a escola também possui um papel crucial no processo de inclusão, sendo responsável por

estabelecer uma relação próxima e colaborativa com os pais. Essa colaboração visa eliminar barreiras agressivas como preconceitos, constrangimentos, timidez e medo que possam existir entre a instituição de ensino e a família.

A escola deve conceber projetos e estratégias que encorajem a participação ativa da família na rotina escolar. Contudo, a mera recepção não é suficiente. O foco deve ser o avanço das crianças com necessidades educacionais especiais. Para alcançar tal objetivo, torna-se urgente que todos os envolvidos desempenhem seu papel, pois, somente por meio dessa colaboração será possível intervir nessa realidade e melhorar o processo.

Ficou compreendido, portanto, que a parceria entre escola e família desempenha um papel fundamental na mudança de percepções em relação à diversidade. Vale ressaltar que as informações discutidas neste estudo podem abrir oportunidades para promover a integração e a cooperação entre famílias e escolas.

Família e escola devem buscar nutrir o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos, fortalecer sua autoestima e engajar-se em diálogos abertos sobre as estratégias necessárias para garantir o bem-estar dos alunos, sua permanência e a participação plena na comunidade escolar. Logo, tal parceria torna-se essencial para garantir um progresso educacional aos alunos com necessidades especiais, atendendo às suas demandas e assegurando o envolvimento ativo da família dentro do ambiente escolar.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Alcilene Gomes; MONTINO, Mariany Almeida. Dificuldades encontradas pelas professoras no processo de inclusão de alunos e alunas com deficiência. **Multidebates**, v. 5, n. 1, p. 177-193, 2021. Disponível em: <https://revista.faculdadeitop.edu.br/index.php/revista/article/view/314/299>. Acesso em 28 de Ago.2023.
- AYRES, Sonia Nunes. **Educação Infantil**: teoria e práticas para uma proposta pedagógica. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- BARBOSA, D. D. S.; FIALHO, L. M. F.; MACHADO, C. J. D. S. **Educação inclusiva**: aspectos históricos, políticos e ideológicos da sua constituição no cenário internacional. *Actualidades Investigativas en Educación*, Costa Rica, v.18,n. 2, p. 1-20, mai./2018.
- BORGES, L.; GUALDA, D. S.; CIA, F. Relação família e escola no contexto da inclusão: opinião de professores pré-escolares. **Educação: Teoria e Prática**, v.25, n. 48, p. 168-185, 29 abr. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.18675/1981-8106.vol25.n48.p168-185>. Acesso em 28 de Ago.2023.
- BRASIL, Constituição; BRASIL. **Planejando a próxima década**: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação. Brasília: Ministério da Educação, 2014. Disponível em: https://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf. Acesso em 28 de Ago. 2023.
- BRASIL, Resolução Nº 4, de 2 de outubro de 2009. Diário Oficial da União, Brasília, 5 de outubro de 2009, Seção 1, p. 17. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_rceb00409.pdf?query=diretrizes%20curriculares%20complementares. Acesso em 30 de ago. 2023.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília,DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990.
- BRASIL. **Por uma política de formação do profissional da educação infantil**. Brasília: MEC/SED/DPE/CGEI, 1994.
- CORDEIRO, Catia Muniz. O papel do tutor no contexto da educação inclusiva: formação e dificuldades. *Revista Educação em Foco – Edição nº 9 – Ano*, 2017. Disponível em: https://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2018/06/003_papel_tutor_contexto_educacao.pdf. Acesso em 28 de Ago.2023.
- CRUZ, G. D. C. **Formação continuada de professores inseridos em contextos**

educacionais inclusivos. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 42, p. 229-243, out./dez. 2011.

CURY, Augusto. **Pais Brilhantes, Professores Fascinantes.** 21.ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2015.

ESPECIAIS, Educativas. Declaração de Salamanca. **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades**, 1994. Disponível em: http://perspectivasustentavel.com.br/pdf/educacao/02_DECLARACAO_DE_SALAMANCA_INCLUSAO_EM_QUESTAO_1994.pdf. Acesso em 30 de ago. 2023.

FEDERAL, Senado. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. 2005. Disponível em: <http://200-98-146-54.cloudnol.com.br/bitstream/123456789/3212/1/LDBE.pdf>. Acesso em 28 de ago. 2023.

FERNANDES, Alexsandra de Cássia Oliveira Galvão. **A família na vida escolar.** João Pessoa: UEPB, 2014.

FERREIRA, Marilton Barros; TORRES, Leonardo Guimaraes. A importância do conhecimento jurídico para o exercício da cidadania. 2020. Disponível em: <https://www.conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/55884/a-importancia-do-conhecimento-juridico-para-o-exercicio-da-cidadania>. Acesso em 28 de Ago. 2023.

FRANCO, Renata Maria da Silva; GOMES, Claudia. Educação Inclusiva para além da educação especial: uma revisão parcial das produções nacionais. **Revista Psicopedagogia**, v. 37, n. 113, p. 194-207, 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0103-84862020000200007&script=sci_arttext. Acesso em 28 de Ago. 2023.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia.** 6. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6ª. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.

GUEDES, Josenilson Viana; DA SILVA GONÇALVES, Lílían; CALADO, Vania Aparecida. DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: por uma escola democrática e humana. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**, v. 1, n. 2, p. 163-177, 2015. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RECEI/article/view/491>. Acesso em 28 de Ago. 2023.

HAIDUKE, Ivonete Ferreira; PAULA, Alessandra de; SELEME, Robson. **A sala de aula invertida e as mudanças curriculares em ead.** 2015. Disponível em: http://www.abed.org.br/congresso2015/anais/pdf/BD_256.pdf. Acesso em 28 de ago. 2023.

JACOMELI, Renan Bezerra. A inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino regular. **Brasil Escola**, v. 4, 2019. Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/a-inclusao-alunos-com->

necessidades-especiais-no-ensino-regular.htm. Acesso em 28 de Ago.2023.

MACHADO, Bruna Arthuri. Família e escola na educação infantil. 2021. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/2734>. Acesso em 28 de Ago.2023.

MACHADO, Evelcy Monteiro; VERNICK, Maria da Glória Lima Pereira. Reflexões sobre a política de educação especial nacional e no estado do Paraná. **Nuances: estudos sobre Educação**, v. 24, n. 2, p. 49-67, 2013.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

NOGUEIRA, Auriseu; MAIA, Mérsia Nogueira; FARIAS, Moisés Rocha. Acessibilidade no ambiente escolar como forma de inclusão social. **Revista expressão católica**, v. 4, n. 2, 2015. Disponível em: <http://publicacoesacademicas.unicatolicaquixada.edu.br/index.php/rec/article/view/1417/1150#>. Acesso em: 30 de ago. 2023.

NUNES, Emanuelle Sabrina da Silva. Educação inclusiva: a família no processo escolar do aluno com deficiência um estudo de caso no interior de Pernambuco. 2020. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2021/TRABALHO_EV150_MD1_SA110_ID1820_29062021153622.pdf. Acesso em 28 de Ago.2023.

OLIVEIRA, Fátima Dyanne de Souza; SOBRAL, Maria do Socorro Cecílio. Família e Escola no enfrentamento do Deficit Cognitivo/Family and School in facing the Cognitive Deficit. **ID on line. Revista de psicologia**, v. 14, n. 49, p.162-169, 2020. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/2322/0>. Acesso em 28 de Ago.2023.

OLIVEIRA, Nonília Alice Quirino de. Interação entre escola e família no processo de ensino e aprendizagem da criança: análise da revista brasileira de educação especial. 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/14172/4/NAQO19112018.pdf>. Acesso em 28 de Ago.2023.

RAMOS, Sarah Pinto et al. **Educação Inclusiva**: desafios e possibilidades na prática docente. 2019. Disponível em: <https://www.riu.ufam.edu.br/handle/prefix/5700>. Acesso em 28 de Ago.2023.

REIS, Marcela Bazoni. A Participação da Família para o Êxito do Processo da Educação Especial na Educação Infantil. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 06, Ed. 03, Vol. 09, pp. 71-84. Março de 2021. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/sem-categoria/exito-do-processo>. Acesso em 28 de Ago.2023.

REIS, Soares Isabella. **Um breve estudo sobre inclusão escolar**. 2021. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/2847/1/ISABELLA%20REIS%20SOARES.pdf>. Acesso em 28 de Ago.2023.

ROCHA, Artur Batista de Oliveira. O papel do professor na educação inclusiva. **Ensaios Pedagógicos**, 2017. Disponível em: <https://www.opet.com.br/faculdade/revista-pedagogia/pdf/n14/n14-artigo-1-O-PAPEL-DO-PROFESSOR-NA-EDUCACAO-INCLUSIVA.pdf>. Acesso em 28 de Ago.2023.

RODRIGUES, P. M. L.; LIMA, W. D. S. R.; VIANA, M. A. P. **A importância da formação continuada de professores da educação básica**: a arte de ensinar e o fazer cotidiano. *Saberes Docentes em Ação*, Maceió, v. 03, n. 01, p. 28-47, Set./2017.

SANTOS, Eva Maria Soledade dos. Inclusão escolar de estudante com necessidades educacionais especiais: o processo de interação social. 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/31633/1/TCC%20-%20Eva%20Maria%20Soledade%20Santos.pdf>. Acesso em 28 de Ago.2023.

SANTOS, Valkiria Cordeiro da Rocha. **Família**: uma aliada na educação inclusiva?. 2015. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/15493/1/2015_ValkiriaCordeiroDaRochaSantos_tcc.pdf. Acesso em 28 de Ago.2023.

SILVA, Adriana Soares da. **A Função da Família no Processo de Desenvolvimento de Filhos com Deficiência Intelectual**. Brasília 2015. Monografia. Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, do Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED/IP – UnB/UAB.

SILVA, Cirlene Maria da. Os desafios da educação inclusiva e a escola hoje. **Anuário Acadêmico-científico da UniAraguaia**, v. 3, n. 1, p. 133-146, 2014. Disponível em: <https://sipe.uniaraguaia.edu.br/index.php/anuario/article/view/274/247#>. Acesso em 28 de Ago.2023.

SILVA, Rafaela Cunha. **Acessibilidade na educação superior**: dificuldades e estratégias para inclusão de estudantes com deficiência visual no curso de Pedagogia do CESPI/UEMA / Rafaela Cunha Silva. – Pinheiro, MA, 2021. 68 f.

SOUTO, Maricélia Tomáz de et al. Educação inclusiva no Brasil: contexto histórico e contemporaneidade. **João Pessoa**, 2014. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/cintedi/2014/Modalidade_1datahora_02_11_2014_11_59_38_idinscrito_2760_f994a51772b4083feab5493db26f4461.pdf. Acesso em 28 de Ago.2023.

SOUZA, A. L. A. D. S.; RODRIGUES, M. G. A.; **Educação inclusiva e formação docente continuada**, EDUCERE, Fluminense, out./2015.

SOUZA, Thaís Teixeira de; BENÍCIO, Edgard Ricardo. **O papel da família na educação inclusiva**. 2022. Disponível em: <https://repositorio.ifgoiano.edu.br/handle/prefix/2969>. Acesso em 28 de Ago.2023.
TAVARES, L. M. F. L.; SANTOS, L. M. M.; FREITAS, M. N. C. A Educação

Inclusiva: um Estudo sobre a Formação Docente. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 22, n.4, p. 527-542, Out/Dez. 2016.

VITTA, Fabiana Cristina Frigieri de; VITTA, Alberto de; MONTEIRO, Alexandra SR. Percepção de professores de educação infantil sobre a inclusão da criança com deficiência. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 16, p. 415-428, 2010.

WIECZORKIEWICZ, Alessandra Krauss; BAADE, Joel Haroldo. Família e escola como instituições sociais fundamentais no processo de socialização e preparação para a vivência em sociedade. **Revista Educação Pública**, v. 20, nº 20, 2 de junho de 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/20/familia-e-escola-como-instituicoes-sociais-fundamentais-no-processo-de-socializacao-e-preparacao-para-a-vivencia-em-sociedade>. Acesso em 28 de Ago.2023.

APÊNDICES

QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO PARA PROFESSORES

Sou, Graça Maria Pereira Câmara, acadêmica do Curso de Licenciatura em Pedagogia, e considerando a construção das práticas educativas inclusivas desta Instituição, destaco a necessidade das informações abaixo postas para o Trabalho de Conclusão do Curso/TCC que tem como título EDUCAÇÃO INCLUSIVA: desafios dos pais e professores na educação de crianças com necessidades educacionais específicas da Escola Municipal Clodomir Milet em Peri Mirim-MA.

Desta forma, ressalto a responsabilidade de manter em sigilo o nome dos pesquisados, e esclareço que será usado um código como identificação. Por isso, destaco que a sua participação é muito importante! Desde já agradeço pela sua disponibilidade e participação!

CARACTERÍSTICAS PESSOAIS DO (A)S DOCENTES

(Obs: todos os dados das características do (a) entrevistado (a) serão sigilosos).

1 Nome: _____

2 Gênero

Masculino

Feminino

Outros

3 Qual sua idade?

Entre 18 e 25 anos

Entre 26 e 30 anos

Entre 31 e 35 anos

Entre 36 e 40 anos

Acima de 40 anos

4 Tempo de docência: _____

5 Formação:

Magistério

Superior

Pós-graduação

Outros _____

6 Você teve dificuldade na inclusão de crianças com necessidades educacionais específicas com outras crianças?

Não

Um pouco

Sim

Se sim, cite as dificuldades

7 Você tem alguma formação para trabalhar com crianças com necessidades educacionais específicas?

Sim

Não

8 A escola que você trabalha incentiva a participação dos docentes em cursos de formação continuada relacionadas à educação de crianças com necessidades educacionais específicas?

Sim

Não

Às vezes

9 A escola que você trabalha oferece acessibilidade a inclusão e permanência de alunos com necessidades educacionais específicas?

Sim

Não

Se sim, quais tipos de acessibilidades

10 Você conhece a legislação que garante o acesso e a permanência de alunos com necessidades especiais na sala de aula?

Sim

Não

Se sim, cite as que você conhece

11 É um desafio para você trabalhar com alunos com necessidades específicas na sala regular junto com os demais alunos?

Sim

Não

Se sim, cite as desafios

12 Você observa em sua sala de aula dificuldades na convivência das crianças com necessidades específicas com os demais alunos?

Sim
Não

Se sim, quais os desafios

13 Em sala de aula você busca propostas pedagógicas diferenciadas para atender todas as crianças de acordo com as suas necessidades educacionais específicas?

Sim
Não

Se sim, dê exemplos de propostas pedagógicas as quais você usana sala de aula

14 Na sua opinião você acha que os pais das crianças com necessidades educacionais específicas matriculados na escola Clodomir Milet, estão satisfeitos no processo de ensino aprendizagem de seus filhos?

Sim
Não
Talvez
Não sei informar

15 Você acha difícil inserir em sala de aula as crianças com necessidades específicas aos demais alunos?

Sim
Não

Se sim, justifique

QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO PARA OS PAIS E CARACTERÍSTICAS
PESSOAIS DO (A)S PAIS DOS ALUNOS COM
NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS

(Obs: todos os dados das características dos (as) pesquisados (as) serão sigilosos).

1 Nome Completo _____

2 Gênero

Masculino

Feminino

Outros

2 Qual sua idade?

Entre 18 e 25 anos

Entre 26 e 30 anos

Entre 31 e 35 anos

Entre 36 e 40 anos

Acima de 40 ano

4 Você teve dificuldade em matricular seu filho na escola Municipal Clodomir Milet

5 Você encontra dificuldades no dia a dia para lidar com a necessidade que seu apresenta?

() Sim

() Não

Se sim, cite as dificuldades

6 Você tem conhecimento de alguma lei que garante a matrícula e permanência do seu filho na escola?

() Sim

() Não

Se sim, cite as leis que você conhece

7 Você acha que a escola tem acessibilidade para receber seu filho?

Sim

Não

Se sim, qual tipo de acessibilidade

8 Você tem conhecimento dos direitos do seu filho ao acesso da educação com equidade?

9 Você acha que os professores estão preparados para educar seu filho na rede regular de ensino de forma igualitária, com os demais alunos considerados "normais"?

Sim

Não

Não sei responder

10 Você sabia que seu filho tem direito, além do professor, a um tutor para auxiliá-lo na sala de aula?

Sim

Não

11 Você tem conhecimento que o seu filho, além do horário normal de ensino, tem direito a um contraturno em uma sala com atendimento educacional especializado?

Sim

Não

12 A escola oferece todos os recursos necessários para o aprendizado do seu filho?

Sim

Não

Alguns recursos.

Diga quais são esses recursos

13 O professor oferece atividades diferenciadas das demais crianças de acordo com a necessidade específica do seu filho?

Sim

Não

Às vezes

Como são feitas essas atividades
